



PACTO: manobra eleitoreira

O governo Collor resolveu reeditar a surrada proposta do "pacto social" com fins claramente eleitoreiros. Em discurso avaliando os primeiros seis meses de sua administração, o presidente tentou apresentar uma realidade cor de rosa, que efetivamente não corresponde à difícil situação do país e às dramáticas condições de vida do povo. As vésperas eleição, o objetivo é favorecer o terreno para a ascensão das forças de direita e fazer os trabalhadores pagarem os custos da crise. Leia no Editorial e nas páginas 14, 15 e 16.

Corpo-a-corpo com o eleitor até o momento final da votação

A campanha eleitoral chega aos seus últimos momentos. A principal tarefa é abordar o eleitor com a cédula eleitoral na mão e promover grandes ações de massas nos comícios de encerramento. Nesta edição, das páginas 3 a 13, um panorama geral da fase final da campanha em diversos Estados, incluindo entrevista com o líder do PCdoB na Câmara Federal e candidato à reeleição, Haroldo Lima.

O cinismo da URSS no Golfo

Em Helsinque, Gorbachév dá carta branca a Bush para fazer a guerra contra o Iraque. Palestino Hasan El Emleh fala à **Classe** sobre o conflito. Nas páginas 18 e 19



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EDITORIAL

Collor reafirma orientação entreguista e antipopular

O discurso do presidente Collor na reunião ministerial que avaliou o desempenho do seu governo nos primeiros seis meses e as medidas anunciadas na mesma semana merecem uma reflexão por parte das forças opositoras democráticas e populares.

A tônica do pronunciamento presidencial teve principalmente dois aspectos: a avaliação da realidade do país após a sua posse e a conclusão ao "entendimento nacional". Quanto à realidade, defendeu, com a empáfia de sempre, que é "intensa e frutífera a ação de governo" e que "mudanças profundas estão ocorrendo no país". Collor tentou passar a idéia de que a crise econômica, a incompetência administrativa, os favorecimentos ilícitos e o drama social que faz parte da vida do brasileiro comum são coisas do passado, chegou mesmo a dizer que "o futuro já começou" (sic!). Em seguida, anunciou planos, de conteúdo cosmético e efeito publicitário, relacionados com a criança e o analfabetismo.

Mas, em meio às bravatas e projetos de impacto, à semelhança dos que foram lançados na época da ditadura militar, o presidente acentuou mais as linhas mestras da orientação do seu governo no que se refere ao desenvolvimento econômico em perspectiva. Fez profissão de fé de posições "privatistas" em relação às estatais que são patrimônio da soberania nacional, defendeu a abertura ainda maior da economia ao exterior (internacionalização), a abolição das reservas de mercado, inclusive para a informática, e o arrocho dos salários, sob o eufemismo de "livre negociação".

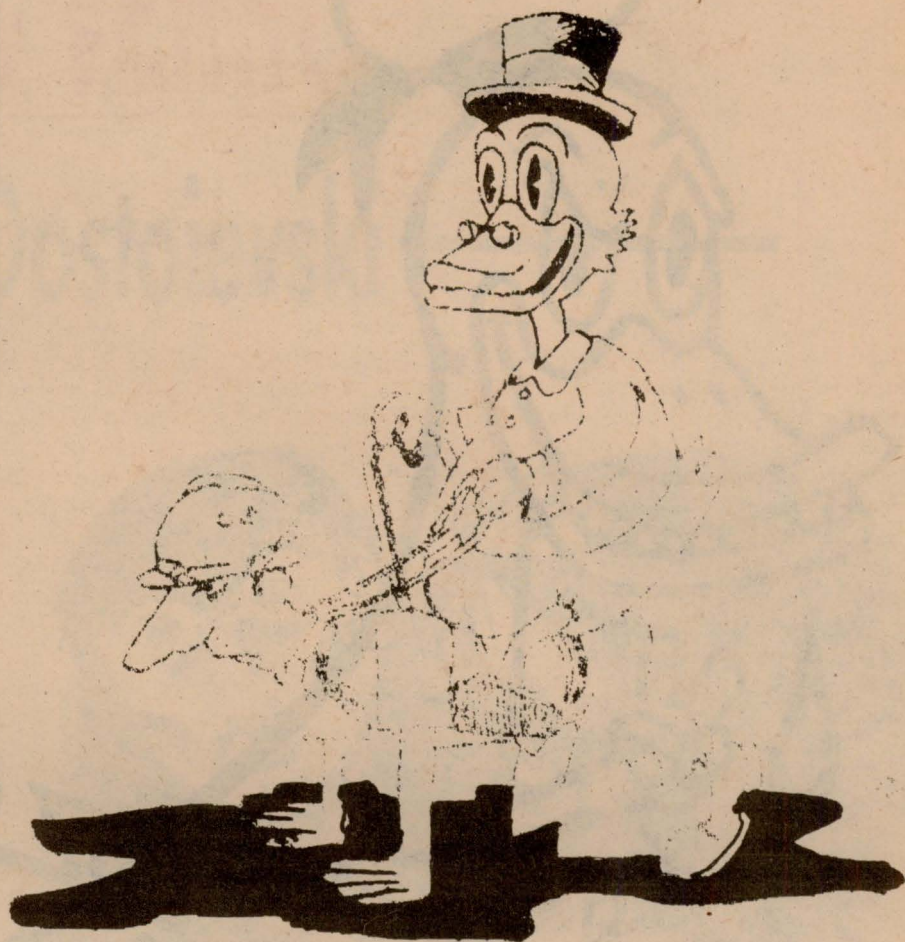
Na mesma semana em que deixa claro seu caráter entreguista em discurso oficial, o governo anunciou a conclusão de

um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e o envio para essa instituição financeira de "carta de intenção", assegurando aos credores a adoção de uma política recessiva e a retomada do pagamento dos juros da dívida externa.

Assim, o presidente da República propõe um entendimento nacional, reservando-se antecipadamente o direito de entregar o país, promover a recessão e arrochar os salários. Ou seja, um pacto em que o governo não teria nada a ceder, cabendo à população, sobretudo aos assalariados e aos que vivem de pequenas rendas, arcar com o ônus da crise.

A avaliação cor de rosa feita pelo presidente na passagem dos 180 dias de seu governo teve (embora a tentativa de dissimular este aspecto) caráter eleitoral. Ao dizer que "o futuro já começou" ele levanta a bola para os candidatos conservadores afinados com seu projeto. A criação artificial de um clima de vitória sobre a crise, a difusão da opinião, inteiramente falsa, de que "o governo Collor está dando certo", tem por finalidade assegurar o triunfo das forças conservadoras na eleição de outubro.

Os partidos populares e progressistas não podem se deixar abater pelo oba-oba collorido nem cair na defensiva política. A realidade brasileira oferece demonstrações cabais, em cada setor, de que o organismo nacional continua gravemente enfermo. As receitas prescritas por Collor só contribuirão para agravar o mal. O momento final da campanha deve, portanto, servir para promover um grande debate com o povo, a fim de desmascarar as mentiras presidenciais e levá-lo a votar nos candidatos da oposição democrática e popular.



Os desafios para vencer em São Paulo

Olival Freire*

A duas semanas do pleito a disputa eleitoral paulista apresenta tendência a uma rápida definição. A direita confirma sua presença no 2º turno com a candidatura Maluf, ocorre um equilíbrio e uma crescente polarização entre tucanos e quercistas na disputa do 2º lugar. A candidatura Plínio persegue de perto a disputa do 2º lugar, mas sem gerar, até o momento, fatos políticos que criem uma expectativa de ultrapassagem na reta final.

Na luta política, como no futebol, quem não marca tentos termina levando. A dificuldade de marcar tentos políticos apresentada pela candidatura Plínio decorre em grande parte da subestimação entre setores petistas do papel político do pleito de 90. O programa de TV da coligação não expressa a linha de denúncia ao projeto Collor sustentada pelo candidato em discursos e entrevistas. A hesitação e a lentidão na resposta aos fatos políticos é gritante. Basta registrar que até o momento, decorridos mais de dez dias da revelação feita pela prefeita Luiza Erundina da descoberta das ossadas de presos políticos sepultados clandestinamente no cemitério Dom Bosco, esta questão não foi ao ar no programa de TV. E esta questão aqui em São Paulo teria uma maior repercussão política e eleitoral pois foi exatamente Maluf o prefeito que inaugurou este cemitério em 1971 e esteve à frente da Prefeitura no pior período da repressão política. Outro fato revelador desta hesitação política é que até o momento a campanha não denunciou o "pacto" social proposto pelo governo Collor na tentativa de mi-

nimizar os efeitos eleitorais da retomada do crescimento da inflação.

O embolamento Covas/Fleury na disputa do 2º lugar expressa também importantes questões políticas. Os tucanos colhem os frutos de sua posição dúbia e conciliadora ante o plano Collor e importantes questões da vida política e econômica brasileira. Depois de despencar nas pesquisas, a candidatura tucana perdeu o apoio do seu principal avalista em São Paulo, o mega-empresário Antonio Ermírio, que passou a apoiar o quercismo acusando o Covas de excesso de... esquerdismo.

Corrigir as debilidades políticas e intensificar a campanha é o desafio para reverter o quadro político. A possibilidade desta reversão é real e passa pelo fato de que a disputa eleitoral no seu conjunto ainda não debateu as grandes questões nacionais ligadas ao Plano Collor e suas conseqüências na vida dos estados e dos trabalhadores. Fazendo isto a campanha da União Democrática Popular poderá sintonizar-se com a rejeição ao governo Collor que tomou conta de expressivos segmentos da sociedade paulista.

Aos comunistas, ao lado das tarefas gerais da campanha Plínio-Hermann-Suplicy, se coloca o desafio de multiplicarmos a atividade eleitoral própria. Com este redobrado esforço na reta final elegeremos, bem, Aldo Rebelo, deputado federal comunista por São Paulo.

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois
 * presidente do PCdoB-SP e membro da direção nacional

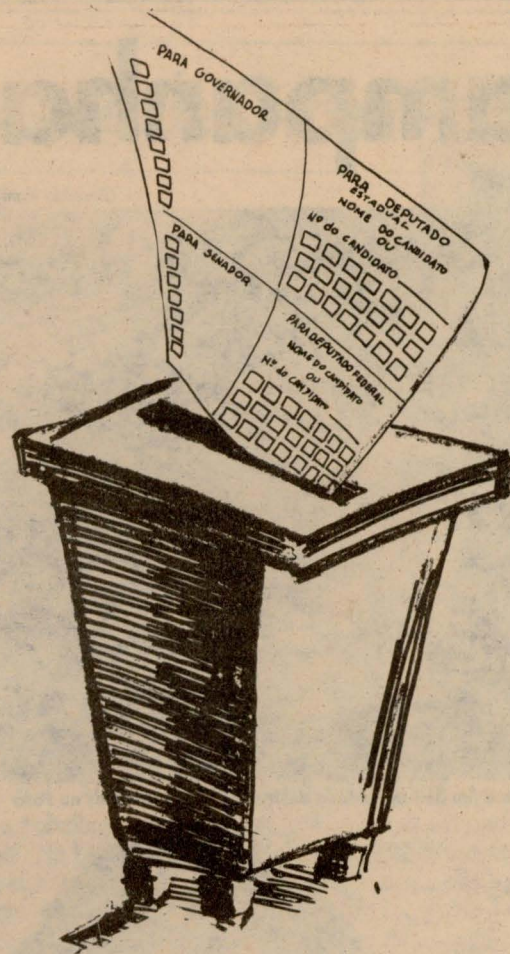
Colocar o povo na rua

Daqui a vinte dias em todos os Estados da Federação o eleitorado brasileiro mais uma vez irá às urnas para eleger governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Os partidos políticos populares, com seu exército de ativistas e sindicatos, vivem nestas semanas os últimos momentos da campanha, enfrentando uma batalha desigual em que os partidos das forças conservadoras contam com amplo apoio na mídia, poder econômico e enorme capacidade de manipulação da máquina governamental.

São pouquíssimos dias e muito por fazer. Principalmente no que se refere à *busca e amarração* do voto. Reduzida à sua expressão mais simples toda a tarefa da campanha democrática e popular se resume agora a isso: concentrar forças para

a conquista do eleitorado, *voto a voto*. O tempo transcorrido do início da campanha até aqui propiciou o contato dos candidatos e ativistas com o grande eleitorado das mais diferentes formas. Agora é o momento de voltar a toda essa gente e obter a confirmação do seu apoio. Cada conversa, reunião, assembleia, agitação de rua deve constituir um momento privilegiado de um acirrado corpo-a-corpo em que o eleitor é assediado e disputado por correntes políticas as mais díspares. Nesse terreno a militância dos partidos progressistas leva de saída imensa vantagem. Trabalha com uma mensagem forte, consubstanciada em plataformas políticas avançadas, tem capacidade de persuasão, usa a linguagem do povo e já acumulou significativa experiência no dia a dia das lutas

populares, de arregimentação de forças. A fase do corpo-a-corpo, da disputa do voto palmo a palmo, é o que se pode chamar a *batalha das cédulas*. Nenhuma discussão política, reunião em círculos ou atos de massa pode se realizar nesta fase sem que o ativista tenha à mão exemplares da cédula eleitoral, com os nomes dos candidatos impressos. A distribuição da cédula é a forma adequada de ganhar votos na reta final da campanha. Experiências como as relatadas nas páginas seguintes sobre a campanha no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e outros Estados indicam com riqueza de exemplos que quando a militância dos partidos populares vai à luta e parte para o contato direto com o eleitor, crescem as chances de obter uma votação expres-



Cédula: instrumento de luta na reta final



Os momentos finais da campanha eleitoral geralmente se caracterizam por uma elevação da temperatura política e por um despertar de ânimos do eleitorado. Isto se traduz não só nas conversas que se amiudam em cada aglomeração, nas quais as eleições se transformam no "prato do dia", como também no nível da afluência às grandes manifestações de massas — carreatas, caminhadas, arrastões e comícios.

Um bom comício de encerramento em que, a depender do caso, compareçam dezenas de milhares e até centenas de milhares de pessoas é uma inequívoca demonstração de força. Mostra a densidade da campanha realizada e cria sobre o conjunto do eleitorado uma opinião favorável à coligação de partidos que o promove. Em suma, resulta da força acumulada na

campanha e, numa reação em cadeia, atrai mais força. Contrariamente, um encerramento acanhado, sem comparecimento expressivo de massas e num clima de pouco entusiasmo é o inequívoco sinal da derrota.

Assim, na semana de encerramento da campanha, as grandes cidades poderão viver momentos altos da luta democrática com a realização de grandes comícios. Em algumas capitais a expectativa já é grande. No Rio de Janeiro, por exemplo, a coligação que apóia a candidatura de Leonel Brizola para o governo (PDT, PCdoB, PCB, PV) espera reviver, no grande comício do dia 27 de outubro na Cinelândia, o clima das diretas já e do segundo turno da eleição presidencial. São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza etc podem fazer o mesmo.

A agitação e a propaganda visuais, inversamente ao que pode parecer lógico ao senso comum, ganham uma importância ainda maior na reta final da campanha. A experiência revela que quanto maior é a propaganda, maior volume adquire a campanha, mais conhecidos se tornam os candidatos, mais influentes os partidos e coligações de que fazem parte. Portanto, paralelamente à mobilização do corpo-a-corpo, os comitês elei-

O grande número de eleitores indecisos quanto à votação nas candidaturas proporcionais indica que a conquista de uma vaga nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal será fruto de um esforço concentrado nos momentos finais. Nesse sentido, mais do que nunca a *boca de urna* assume importância extraordinária. Por isso, a luta pela conquista do voto, a abordagem ao eleitor, é uma tarefa que só termina quando este adentrar a seção eleitoral. Também aí os partidos populares têm vantagem sobre os conservadores. Estes geralmente fazem sua boca de urna de maneira espalhafatosa e lançando mão de assalariados. Não são raros os casos em que os "boqueiros" dos candidatos conservadores passam a jornada constrangidos, distribuindo papéis burocraticamente e até mesmo encontrando meios

de livrar-se rapidamente dos panfletos e cédulas. Contrariamente, os partidos populares contam com "boqueiros" militantes, capazes de passar longos minutos conversando pacientemente com o eleitor, esclarecendo-o e elevando seu nível político. Os comitês das candidaturas populares devem estar convencidos de que o dia da eleição, além de ser uma festa cívica e democrática, é uma jornada de luta, momento decisivo da batalha. Por isso a atividade de boca de urna pode ser como um chute na marca do pênalti no último minuto do jogo. Por isso, nos dias que antecedem o pleito é necessário organizar todas as forças disponíveis e convencer a militância de que toda ela tem de estar mobilizada no dia 3 de outubro, desde as primeiras horas da manhã.

Boca de urna é decisiva

Propaganda visual motiva o eleitor

toriais cuidam também de divulgar, através de formas criativas e veículos penetrantes, os nomes dos candidatos, da legenda e palavras de ordem de impacto sobre o eleitorado. A propaganda, sobretudo a visual, é o prelúdio da mobilização. Mas para alcançar este grau de eficácia precisa se distinguir pelo insólito tanto na forma como no conteúdo. Mobiliza a boca de urna que atinge a alma do

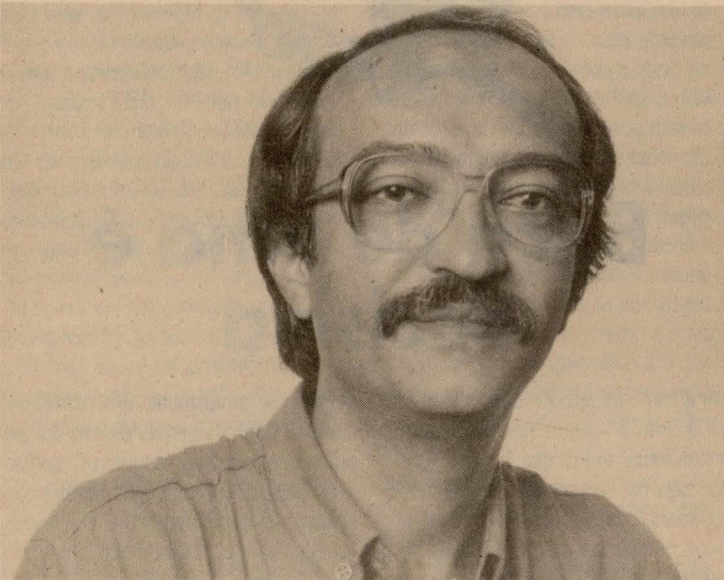
público, por ser sensibilizadora. Tem resultado positivo aquela que desperta consciências, atrai, esclarece e ensina. Uma inscrição mural artisticamente pintada, uma faixa móvel conduzida por ativistas nas ruas de maior movimento, painéis e cartazes esteticamente bem concebidos e realizados são formas usadas na atual campanha que permitem, se multiplicadas, adensar o volume das candidaturas progressistas e populares.

Campanha movimentada no Pará

Geraldo Ramos/Vidafoto



Socorro exige o fim da impunidade desfrutada pelos grileiros no Pará



Neuton: formar trincheiras de resistência ao governo Collor

Militância na rua, carros de som, panfletos, arrastões e muita agitação garantiram a mobilização de 5 mil pessoas no comício da frente Popular Novo Pará, dia 5 de setembro, na Cidade Nova IV, em Ananindeua, segundo colégio eleitoral do Estado do Pará. Foi o primeiro ato de uma série de comícios que a Frente realizará na Região Metropolitana de Belém nesta reta final de campanha, reunindo, pela arregimentação popular, grandes possibilidades de chegar ao segundo turno.

O comício de Ananindeua foi uma grande festa popular animada por numerosos artistas da terra que apóiam a candidatura de Almir Gabriel para governador do Estado.

Os candidatos aos cargos proporcionais da Frente Popular revezaram-se nos pronunciamentos, cuja tônica foi a conclamação ao povo para que elegeisse Almir Gabriel para o governo e Ademir Andrade para o Senado.

Socorro Gomes e Neuton Miranda, candidatos do PCdoB a deputado federal e estadual, destacaram em seus discursos a necessidade de acabar com a impunidade de que desfrutam latifundiários e grileiros no Estado e a importância de formar trincheiras de resistência ao governo entreguista de Collor, elegendo não só o governador e o senador da frente, mas também bancadas de deputados progressistas, defensores dos interesses do povo.

O candidato ao governo, Almir Gabriel, conclamou a população a derrotar as elites do Estado e votar nos

candidatos da Frente Popular Novo Pará.

Foi muito notada a participação aguerrida da militância do PCdoB que muito contribuiu para a grande afluência de pessoas e à animação do evento.

Tem sido intensa a programação de atividades da campanha da frente

Popular em todo o Estado. Nos finais de semana a frente organiza caravanas pelo interior levando a todos os recantos sua mensagem progressista. Com isso a candidatura de Almir Gabriel vai se efetivando como uma alternativa de governo democrático, enfrentando os representantes de Collor no Estado, Jader Barbalho e Said Xerfan. (da sucursal)

Movimento popular do Piauí quer romper os currais

ADIRP



No Piauí quem dá o tom da campanha é o movimento popular organizado. Dezenas de manifestos das mais variadas categorias profissionais expressam apoio à Frente Piauí Popular e em especial às candidaturas de Manoel Domingos Neto para deputado federal e Osmar Júnior para a Assembléia Legislativa.

Caminhadas pelo centro da cidade, ocupação dos espaços da universidade, animados programas da "Rádio Povo" (um carro de som que entrevista transeuntes nas ruas da cidade) e comícios nos bairros populares dão um colorido especial à campanha, feita com muita abnegação e criatividade, únicos fatores que contrabalançam a falta de recursos.

Romper os currais

A peculiaridade das eleições piauienses é a polarização artificial entre dois setores das oligarquias. O candidato do governador, Wall Ferraz, faz o estilo populista e tenta ocultar sua ligação com Alberto Silva. O candidato da coligação PFL, PDS e PTR, Freitas Neto, remanescente da oligarquia Freitas-Gaioso, que dominou o Estado por várias décadas, tenta posar de oposição. A troca de insultos e a baixaria é a marca das duas campanhas.

doB, o PT, o PSB e o PDT, enfrenta o desafio histórico de romper os currais eleitorais. Cresce rapidamente na capital que tradicionalmente é receptiva às propostas mais avançadas. O comício com a presença de Lula, apesar de realizado num domingo à noite, quando os transportes coletivos escasseiam, foi a maior manifestação política deste ano até agora. Antes, uma gigantesca carreta tomou conta da cidade.

Em algumas cidades interioranas, como Florianópolis e Parnaíba, a Frente Piauí Popular já assume posição destacada. Mesmo os setores mais reacionários já começam a admitir, a contragosto, que a Frente fará no mínimo um deputado federal e três estaduais, quebrando um tabu de décadas, segundo o qual a Assembléia Legislativa sempre foi o "clubes privado das oligarquias". No ano passado, um fato inédito já prenunciava a situação atual, quando um deputado comunista, Manuel Domingos, assumiu o mandato de deputado federal.

A luta contra o atraso político do Estado, contra o poder de manipulação das oligarquias, é árdua. Mas os sinais de mudança são promissores. A campanha da Frente Brasil Popular, do ano passado, abriu espaços políticos em todo o Estado, que a este ano deve ocupar com garra e competência. (da sucursal)

Frente Popular cresce no Ceará

Recheada de insultos e ataques pessoais patrocinados pelas candidaturas colloridas de Paulo Lustosa (PFL, PMDB e PDS) e de Ciro Gomes (PSDB e PDT) ao governo do Estado, prossegue a campanha sucessória no Ceará. Na mesma linha digladiam-se os candidatos ao senado Paes de Andrade, pelo PMDB, e Beni Vera, pelo PSDB. As campanhas de João Alfredo ao governo do Estado e Durval Ferraz ao Senado pela Frente Ceará Popular (PT, PCB, PSB e PCdoB) são as únicas que procuram elevar o nível de disputa, combatem a política recessiva e antinacional do governo Collor e apresentam um programa democrático e progressista à sociedade cearense.

Apesar das dificuldades, a campanha da Frente Popular é a que mais cresce na reta final, o que é atestado inclusive pelos institutos de pesquisa. Fortaleza, responsável maior pelo crescimento da frente, proporcionará também uma grande votação para os proporcionais de esquerda, entre os quais se destacam os dois candidatos comunistas.

Inácio Arruda, candidato a deputado estadual, autor da Lei Municipal que concede a meia entrada nos cinemas e casas de espetáculos de Fortaleza para os estudantes, conquista amplo apoio entre os jovens. Nos últimos dias, várias manifestações têm sido realizadas pelas entidades estudantis com o objetivo de fazer valer a Lei da Meia. Durante dois dias seguidos o maior cinema de Fortaleza, o cine São Luiz, teve suas portas fechadas pela massa estudantil e a luta continua com a exigência de que a Prefeitura e o Poder Judiciário façam cumprir a lei: dia 5 de setembro, no Rancho Gaúcho, o Comitê de Inácio promoveu um jantar de apoio que contou com a presença de mais de 200 convidados, médicos, engenheiros, jornalistas, bancários, artistas, rádio-amadores etc. Gilse Avelar, candidata a dep. federal, por outro lado, recebe apoio de religiosos, evangélicos progressistas, mães de família e militantes de vários partidos que organizaram um Comitê Supra-partidário de Apoio à sua candidatura.

Durante a semana Gilse e Inácio de-

senvolvem intensa campanha de visitas às fábricas, bancos, comércio e escolas secundaristas. As universidades são um caso a parte, visitas a funcionários e professores, passagens em salas de aula, agitação nos restaurantes universitários e bate papos nas cantinas e corredores. Nos fins de semana arrastões nas praias com o boneco "PCdoBom", banda de música e muitas bandeiras e comícios nos bairros populares. Nos dias 7 e 9 de setembro foram realizados dois animados comícios no Jardim Iracema e no Bairro Ellery. Além dos candidatos, artistas e lideranças populares se apresentaram para cerca de mil pessoas em cada uma das manifestações. Durante o dia centenas de casas foram visitadas pela militância que convocava para o comício e lutava pelo voto.

Combinando ações de massa com a briga pelo voto, a militância prepara uma grande boca de urna e a fiscalização da apuração, certa de que a luta só termina quando o último voto for computado.

(Luís Carlos Paes)

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

João Amazonas faz campanha nos Estados do Norte do país

O presidente nacional do PCdoB visita os Estados do Norte, realiza atos de massa e conclama os eleitores a votar nas forças progressistas. As campanhas de João Pedro e Eron (AM), Socorro Gomes e Neuton Miranda (PA), crescem e são reais as possibilidades de vitória da legenda comunista nesses Estados.

O que parecia ser uma simples visita transformou-se numa grande festa. Assim foi a passagem do presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas por Manaus, nos dias 2 e 3 de setembro, quando veio dar apoio às candidaturas de Eron Bezerra, para deputado estadual, e João Pedro, para federal — ambas do PCdoB — e fortalecer as candidaturas majoritárias da Frente de Oposição Popular (FOP) — Wilson Alecrim, para governador e Marlene Pardo, para o Senado. “A eleição é estadual e em todos os Estados repete-se esta cena, mas na essência esta eleição é nacional. É a eleição para novamente unir o povo brasileiro a fim de resistir à política antinacional e antipopular de Fernando Collor. Vamos sair das eleições reconstituindo novamente no Brasil a grande frente do povo para levar nossa pátria a melhores destinos”, disse João Amazonas no comício gigante realizado no bairro do Coroado, um dos maiores de Manaus.

Após a visita de Luís Inácio Lula da Silva no dia 10 de agosto, quando houve um nítido crescimento da candidatura Alecrim, a presença de João Amazonas em Manaus marca uma outra etapa na campanha da FOP. Nesta arrancada final, Alecrim parte para o dia 3 de outubro com a certeza de passar ao 2º turno e derrotar Gilberto Mestrinho, o representante das oligarquias amazonenses e braço forte de Collor de Mello.

Três riquezas

João Amazonas cumpriu uma vasta programação. Ele chegou na madrugada de domingo e às 9 horas falou a militantes e amigos do Partido sobre a importância das eleições deste ano. Com o auditório Dr. Zerbin da Faculdade de Medicina completamente lotado, Amazonas iniciou sua palestra afirmando que o PCdoB possui três grandes riquezas. A primeira é a concepção marxista-leninista; a segunda, as tradições de luta; e a terceira, a militância. Em seguida, ele falou sobre as eleições. “Embora em certas circunstâncias esta eleição seja regionalizada, ela é essencialmente uma campanha nacional, que não está desligada da grande batalha do nosso povo pela transformação da sociedade brasileira. Ela é uma continuidade daquela caminhada histórica do ano passado em que milhões de brasileiros foram



Para João Pedro a classe operária irá contribuir para derrotar a política de Collor de Mello.



Eron Bezerra: situação atual é herança de mais de 20 anos de governos antipopulares.

às ruas disputando o governo federal”, lembrou Amazonas. O dirigente comunista disse ainda ser necessário organizar a resistência popular. “A resistência significa levar ao Congresso homens e mulheres esclarecidos, gente de oposição, gente que não quer ir para a Câmara para obter um emprego bem remunerado, gente que está disposta a cumprir uma grande tarefa patriótica e democrática”.

Encontros com operários

Na segunda-feira, dia 3, João Amazonas deu entrevista coletiva à imprensa na Câmara Municipal e visitou os operários da Philco no Distrito Industrial. Depois seguiu para o Campus Universitário, onde fez palestra sobre o socialismo e os acontecimentos no Leste europeu, lançando o livro “30 anos de confronto ideológico” da Editora Anita Garibaldi. Na porta da

Philco, João Amazonas disse estar feliz por se encontrar com os trabalhadores. “Apesar de sermos nós que construímos a riqueza do país, somos tratados como máquinas, que produzem riquezas para os exploradores e quando a máquina não funciona bem, ou pela idade ou pela doença, somos atirados na lata do lixo. É por isso que a classe operária precisa adquirir consciência da força que ela tem. No dia em que os trabalhadores tiverem consciência de que eles têm uma força imensa, capaz de destruir o poder da burguesia, neste dia começa a nascer a libertação dos operários”, afirmou.

O candidato a deputado federal pelo PCdoB João Pedro também falou aos operários. “Nós estamos a poucos dias da eleição e pensamos que a tradição de luta dos trabalhadores da Philco irá contribuir decisivamente para derrotarmos a política de Collor de Mello, do Boto Tucuxi (Gil-

berto Mestrinho) e de Amazonino Mendes”, disse.

Comício gigante

À noite, no comício do bairro do Coroado — um dos maiores de Manaus —, onde mais de cinco mil pessoas foram ouvir os candidatos da FOP, João Amazonas foi o grande homenageado. O prefeito Artur Neto, Wilson Alecrim, Marlene Pardo, os candidatos a deputado federal e estadual, todos, em seus pronunciamentos, fizeram homenagens ao presidente do PCdoB.

Eron Bezerra, candidato a deputado estadual e presidente regional do PCdoB, perguntou à multidão se alguém estava satisfeito com o salário que ganha, com a saúde e com a educação que tem. “Porém, essa é a herança de mais de 20 anos de governos antipopulares”, João Pedro empolgou-o público, dizendo: “Eu penso

que não existe nenhum bairro aqui em Manaus que não conheça tão bem a safadeza e a promessa mentirosa do senhor Gilberto Mestrinho, vulgarizado no mundo do crime por Boto Tucuxi”. E finalizou: “O novo é a Frente de Oposição Popular e o velho é o Boto Tucuxi”.

Emocionado, João Amazonas disse que Alecrim não será apenas governador mas uma peça fundamental na construção de uma nova sociedade.

“Vamos eleger este cidadão, que até ontem era um simples médico, para colocá-lo à frente do governo do Amazonas. E nós vamos logo dizendo a ele: companheiro, te prepara porque você não vai ficar apenas como governador do Amazonas, nós vamos te buscar para participar da grande união do povo brasileiro, da grande luta de libertação de nossa pátria”.

Alecrim encerrou o comício prestando homenagem ao presidente do PCdoB e disse que a partir do próximo ano o Amazonas estará inaugurando uma nova era. “O passado não volta. Até a vitória”, finalizou Alecrim.

No Pará

Em Belém, o presidente nacional do PCdoB fez uma concorrida palestra no auditório do Sindicato da Construção Civil, falando para cerca de 500 pessoas. Ele discorreu sobre as eleições deste ano e a ligação de seu resultado com o governo Collor e seu projeto.

A mesa, dirigida por Neuton Miranda, presidente regional do PCdoB e candidato a deputado estadual, contou com a presença de Socorro Gomes, candidata a deputada federal, Paulo Elcídio, representante de Almir Gabriel, candidato da Frente Popular Novo Pará ao governo do Estado, D. Cordolina Fontelles e de Raimundo Moacir, presidente do Sindicato da Construção Civil.

Em sua exposição, João Amazonas afirmou que a atual campanha eleitoral tem caráter nacional. “Precisamos”, disse, “organizar o povo para resistir a esse governo autoritário e entreguista”. Ele destacou a importância de as forças populares elegerem deputados, senadores e governadores progressistas, “trincheiras do povo contra as investidas da direita”. Na opinião de Amazonas, essa direita que classificou de “moderna” objetiva “a internacionalização da economia, a privatização das empresas estatais e entregar o país ao projeto colonial do imperialismo”.

O dirigente do PCdoB encerrou sua palestra conclamando a militância a discutir com o povo, convencê-lo sobre os candidatos que defendem seus interesses e conquistar seu voto. Ele expressou ainda sua confiança em que Almir Gabriel disputará o governo do Pará. “Com a eleição de Neuton Miranda serão eleitos”, afirmou. Celso Oliveira, correspondente no Amazonas e cursal do Pará.

Sérgio: forte concorrente em MG

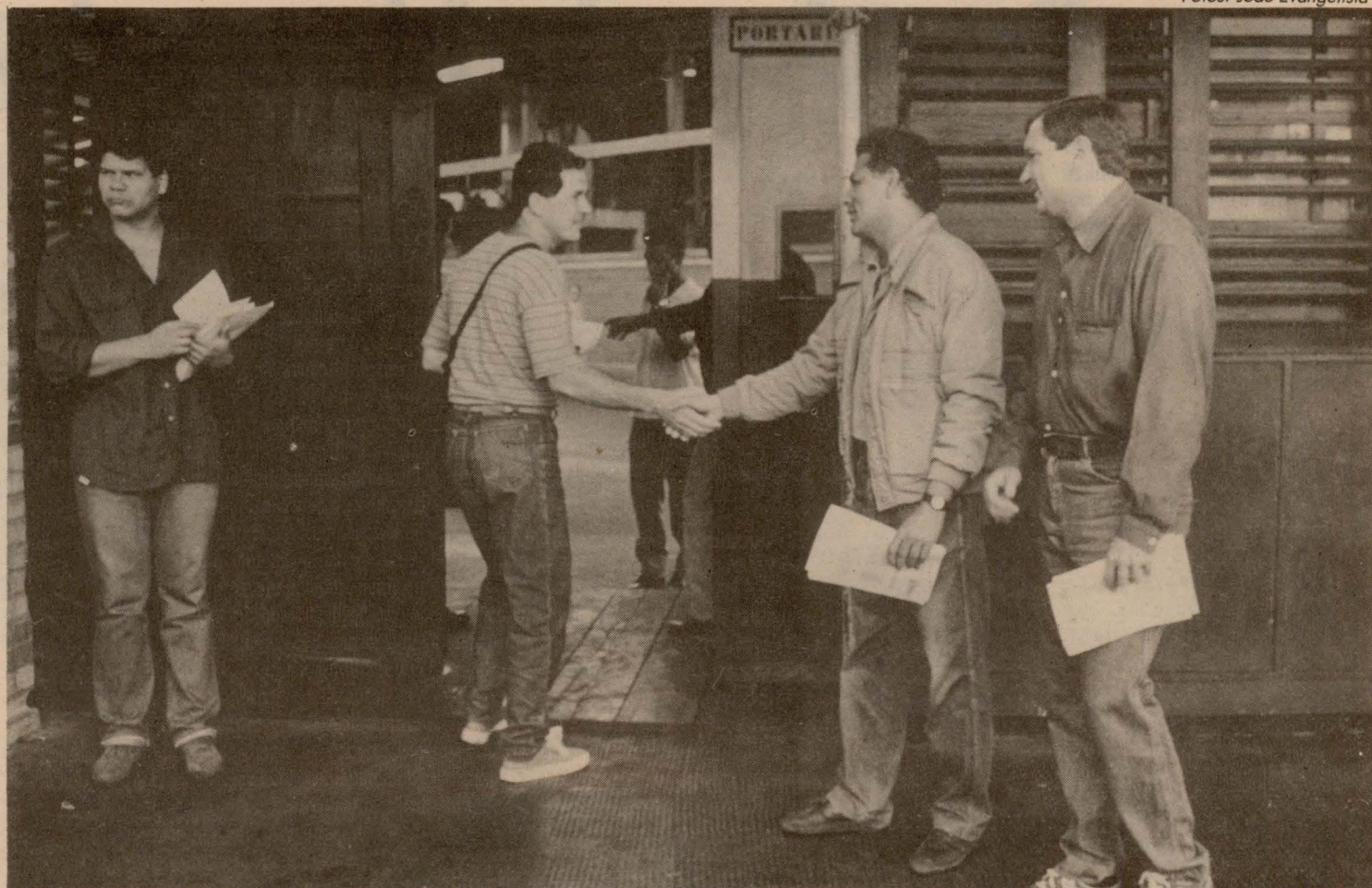
Fotos: João Evangelista

Uma caminhada com mais de 5 mil pessoas no centro de Belo Horizonte, no dia 17 de agosto, representou uma arrancada para a reta final da campanha da Frente Minas Popular. Desde então, têm-se multiplicado os comícios e carreatas em grandes cidades do interior do Estado e na capital. A participação popular, que aumenta dia a dia, tem demonstrado o grande potencial da campanha de Virgílio Guimarães e Roberto Assis ao governo do Estado. Uma demonstração disso foi o comício em Itabira, na região do Vale do Aço, que reuniu 12 mil pessoas no final de agosto.

A candidatura de Sérgio Miranda, do PCdoB, para deputado federal, tem sido apontada como uma das mais fortes da coligação. O reconhecimento da sua atuação como vereador em Belo Horizonte foi desde o início da campanha um fator de reforço à sua candidatura. Durante a batalha eleitoral, este reconhecimento tem se transformado em um expressivo apoio ao candidato: nas grandes empresas estatais mineiras, como Copasa, Cemig, Telemig, nos grandes centros operários de Betim e Contagem, entre os bancários, na universidade nos meios artísticos e intelectuais. Na área de saúde, a receptividade também é enorme. Cresce o número de comitês e a campanha ganha volume.

Sérgio é também sucesso na propaganda eleitoral pela televisão. Com denúncias vivas da situação de vida do povo mineiro e um combate firme ao governo Collor, o programa do PCdoB tem se destacado no horário eleitoral.

Edmundo Vieira faz sua campanha para deputado estadual principalmente nas fábricas. Nas grandes concentrações operárias, como Fiat, FMB, Resil (Betim), Mannesman e Belgo-mineira (Contagem) e na Mina de Morro Velho (em Nova Lima), a pre-



Edmundo Vieira e Sérgio Miranda não perdem um minuto sequer na campanha.

sença do candidato do PCdoB é marcante. Na fase atual, os mini-comícios nos bairros de Betim e Igarapé reúnem praticamente todo dia de 200 a 300 pessoas. Edmundo tem, como Sérgio Miranda, apoio expressivo do movimento sindical. Um exemplo é o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim: todos os 40 membros da atual diretoria apóiam as candidaturas do PCdoB a deputado federal e estadual.

As candidaturas do interior vão se desenvolvendo positivamente. Wilson Pinheiro, que concorre à Assembleia Legislativa pelo Triângulo Mi-

neiro, destaca-se no combate às forças reacionárias predominantes na região. Em Juiz de Fora, Paulo Rogério intensifica sua campanha entre os professores que são sua base de atuação sindical e amplia para outros setores.

Uma plenária da campanha do PCdoB, em 11 de setembro, serviu para programar a reta final. Sérgio Miranda destacou durante a reunião que os últimos dias serão definitivos: "A eleição será definida nestes vinte dias. Precisamos ser ofensivos, pois é a época da definição do voto. Por isso,

vamos nos dedicar inteiramente à campanha, pedir e amarrar votos".

Roberto Assis, candidato a vice-governador, destacou: "Não podemos capitular diante da idéia que a grande imprensa tenta nos impor de que não vamos ao segundo turno. A hora é de envolvimento do povo na eleição".

A campanha em Minas vai chegar

ao final com o corpo-a-corpo com o eleitor. Estão programadas panfletagens, comícios, carreatas e caminhadas nos bairros. O encerramento será com grandes comícios: dia 21 em Uberlândia, dia 25 em Governador Valadares e no Vale do Aço, dia 26 em Montes Claros e dia 29 em Belo Horizonte. (da sucursal)

Denise Carvalho é a preferida em Goiânia

Uma pesquisa publicada pelo "Diário da Manhã" no último dia 12 de setembro indicou que Denise Carvalho, candidata do PCdoB a deputada estadual, lidera a preferência do eleitorado de Goiânia, enquanto Aldo Arantes, candidato à reeleição à Câmara Federal, também pelo PCdoB, ocupa a quarta colocação.

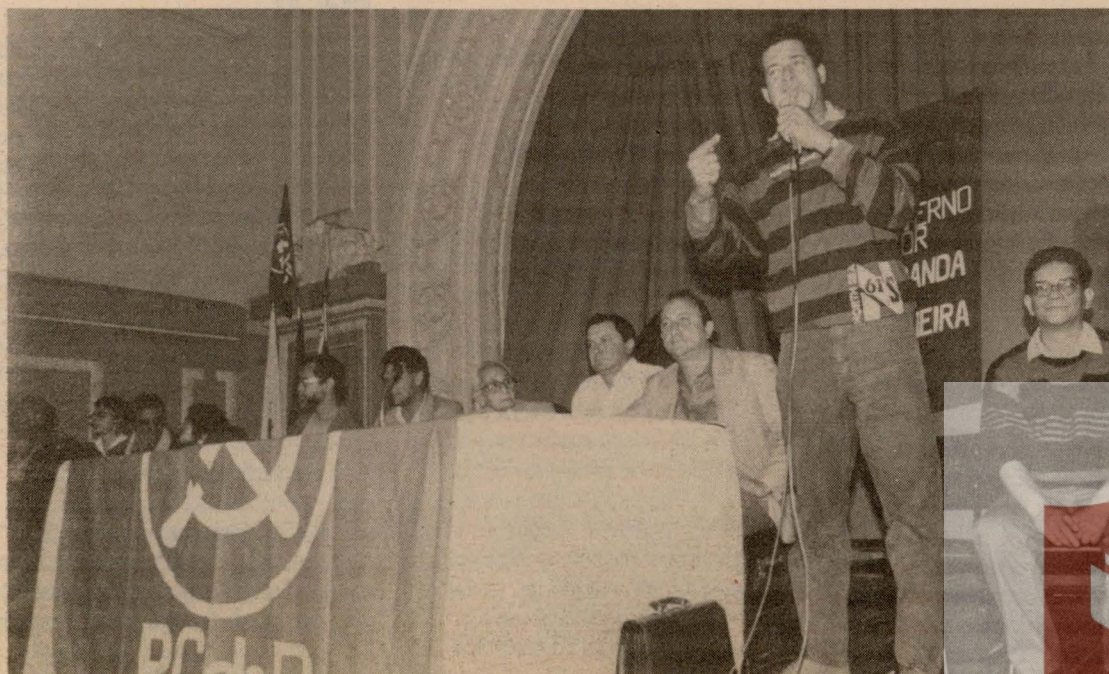
A pesquisa foi realizada entre os dias 31 de agosto e 5 de setembro, utilizando-se o método da resposta espontânea. O eleitorado da região da Grande Goiânia (616 mil pessoas), representa mais de 1/4 do total do Estado.

Em todas as atividades de campanha promovidas em Goiânia e no interior do Estado, são grandes a receptividade e o apoio a Aldo e Denise. Em caminhadas pelas feiras livres, parcerias nos colégios, terminais de ônibus e locais

de trabalho, os goianos reconhecem o trabalho realizado por Aldo Arantes — único deputado federal goiano a merecer nota 10 na Constituinte.

Também o professor Egmar, candidato do PCdoB a deputado estadual, cuja principal base é Anápolis, faz uma campanha vigorosa. Nos desfiles de 7 de setembro, a juventude de Anápolis exigiu com faixas assinadas por Egmar a apuração e punição aos torturadores de soldados na base aérea situada na cidade.

Entre os camponeses goianos cresce a candidatura de Divino Goulart, presidente licenciado da Fetaeg — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás —, que levanta a bandeira da reforma agrária e de melhores condições de vida para o povo pobre do interior. (Itamar Pires)



Abordam diretamente o eleitor e pedem o voto para conquistar a vitória.

Campanha no Rio concentra esforços para a vitória

Carlos Henrique Vasconcelos*

A concentração da campanha eleitoral dos candidatos do PCdoB nas áreas de maior densidade organizativa e eleitoral do partido foi a iniciativa tomada pelos comunistas do Rio de Janeiro, no sentido de fortalecer e consolidar as condições de eleição de Jandira Feghali e Edmilson Valentim, a deputado federal, e Dilecia Nahon e Gilberto Lobato, a deputado estadual. A partir de agora, a militância e os próprios candidatos têm sua atuação intensificada nas fábricas, bairros, escolas e demais áreas nos locais prioritários de cada uma das candidaturas.

A nova orientação visa, sobretudo, garantir a eleição de todas as candidaturas proporcionais do PCdoB no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que firmar o partido nessas áreas.

Um bom programa de rádio e TV no horário do TRE, que têm agradado a população, é um ingrediente a mais para assegurar a vitória política e eleitoral perseguida pelo PCdoB. Desde já igualmente está sendo iniciada a fase de preparação das brigadas que se encarregarão de fazer, no dia da eleição, a campanha de esclarecimento aos eleitores, acerca de quem são os candidatos e quais são suas propostas. Para tanto, está sendo convocada uma plenária estadual, para o próximo dia 24 de setembro, com a participação das direções municipais e distritais, filiados, amigos e simpatizantes para incrementarem as atividades da reta final da campanha.

No caso do Rio de Janeiro percebe-se uma grande quantidade de indecisos. "Será nos dias finais da campanha que o eleitorado se sentirá mais esclarecido", avalia Jorge Barreto, secretário regional de organização. Além disso, o trabalho de fiscalização complementar toda a estratégia de campanha, a qual também já está sendo preparada, como forma de evitar os atropelos de última hora.

Comício final

Em sintonia com a campanha do candidato a governador Leonel Brizola, o PCdoB tem participado de várias promoções conjuntas desde o dia primeiro de setembro, Mini-comícios, carreatas e caminhadas são frequentes e indispensáveis, como forma de tomar as praças e ruas do Rio de Janeiro. O início foi em Santa Cruz, São Cristóvão e Baixada Fluminense, atividades que começam a mobilizar a população, com vistas à realização do comício final, no dia 27, na Cinelândia, centro político da capital carioca.

A nível do PCdoB tem-se consegui-



Edmilson, Jandira e militantes: empenho na busca do voto



Edmilson conta com grande apoio entre negros e operários

do despertar segmentos de simpatizantes e amigos nas atividades de campanha e mesmo para que cumpram atividades de caráter individual, como discussão em condomínios, com familiares e amigos, e nos locais de trabalho e nas escolas. A propaganda visual dos candidatos tem sido aperfeiçoada, com a criação de cartazes, plásticos e galhardetes de boa qualidade e de grande impacto.

Em relação aos candidatos, perce-

be-se um grande reconhecimento da massa para com os candidatos do PCdoB. Edmilson Valentim é identificado nas ruas, quando sempre lhe solicitam material de campanha para distribuição. Como operário e negro, o candidato à reeleição para Câmara Federal é bem recebido nas fábricas, onde comparece quase diariamente para fazer panfletagens, mas também para conversar com as pessoas de sua classe. A luta em favor de melhores

salários e a denúncia contra o plano Collor é a marca de sua campanha.

Já a candidata Jandira Feghali, por seu trabalho parlamentar na Assembleia Legislativa e sua disposição de luta, é uma das mais reconhecidas pelo eleitorado fluminense. Possui uma marca consagrada com atuação no movimento organizado, em atividades culturais e artísticas, aos senhores da saúde e das estatais. Por con-

ta de sua trajetória política, Jandira é uma candidata que tem penetração em quase todo o Estado do Rio de Janeiro, como uma mulher de luta e que cumpriu com os compromissos de campanha, em 1986, quando foi eleita deputada estadual.

Os candidatos a deputado estadual Dilecia Nahon e Gilberto Lobato são os que têm a orientação de concentrar a campanha nas suas áreas preferenciais, um instrumento capaz de dar-lhes a vitória. Dilecia intensifica sua campanha na Baixada Fluminense, especialmente no município de Nova Iguaçu, o maior da região, com mais de 2 milhões de eleitores. Sua performance como líder comunitária (é vice-presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio e presidente da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, das quais é membro fundadora), lhe garante respaldo no seu trabalho político, que já dura quase 20 anos. Ela também se destaca pela sua atuação nas lutas pelo saneamento, contra a violência na Baixada Fluminense e pela legalização das ocupações de terras.

Gilberto Lobato tem incrementado sua campanha na região de Jacarepaguá, onde está localizada a maior zona eleitoral do Rio de Janeiro, com mais de 300 mil eleitores. O candidato comunista é conhecido na área pela sua atuação junto à população de periferia e bairros populares, como o de Rio das Pedras, cuja comunidade foi criada após uma ocupação de terras em cuja organização Gilberto teve papel decisivo. Também se destaca por sua permanente denúncia contra o monopólio das linhas de ônibus da região por empresas privadas que prestam um péssimo serviço às comunidades de Jacarepaguá. Além disso, Gilberto Lobato é piloto de metrô, onde exerce reconhecida liderança na categoria, que o escolheu para representá-la junto à empresa.

*Correspondente no Rio de Janeiro.

Errata

Na edição passada, na matéria **Rio oposicionista** (página 2), afirma-se que a Coligação Povo Unido reúne PDT, PCdoB, PCB, PV e dissidentes do PMDB. O correto é dissidentes do PSDB.

Campanha vitoriosa, carregada nos braços do povo gaúcho

Adriana Morell*

O movimento do Bumerangue descreve bem a trajetória das candidaturas de Edson Silva e Jussara Cony, que concorrem a deputado federal e estadual pelo Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul. São campanhas que transitam pelas duas mãos na via do aprendizado político. Os candidatos compreenderam que o povo gaúcho nunca votou em Collor de Mello. Mais que isso, sua tradição de resistência rejeita o projeto de desnacionalização da economia e de arrocho salarial, maquiado com as tintas do liberalismo que o "nobre" presidente traz na cara (de pau). O povo ouviu da boca de Edson Silva e Jussara Cony o que estava preso na sua própria garganta. Esse foi o estopim para a maior campanha de massas que o PCdoB já realizou no Estado. A cada dia, que começa às seis horas da manhã, os candidatos atingem dezenas de milhares de operários, estudantes, donas de casa, profissionais liberais, agricultores. Vão junto com o sol para as portas de fábricas, carregam as marmitas para os sindicatos, tomam chimarrão nas associações de bairros, saúdam a chegada da noite em rodas de pagode. Juntam as malas e põem os pés na estrada.



A campanha de Edson e Jussara empolgam os eleitores gaúchos

Em cada lugar, a conversa resgata uma mágoa (entre tantas) do povo.

Alceu Collares tem chances de ganhar no primeiro turno

A Frente Progressista Gaúcha entra na reta de chegada das eleições de 3 de outubro, com o objetivo de ganhar o pleito já no primeiro turno. A plenária da Frente, realizada dia 8 na Câmara Municipal de Porto Alegre, serviu para recauchutar a disposição dos militantes. Os candidatos do PCdoB ao Congresso Nacional, Edson Silva, e à Assembléia Legislativa, Jussara Cony, aproveitaram a força dos programas de televisão e rádio para lançar a "campanha dos cinco votos". Cada eleitor tem o compromisso de angariar outros cinco votos no local de moradia, trabalho ou estudo.

Durante a plenária, o candidato a vice-governador, João Gilberto Lucas Coelho, observou que desde a primeira pesquisa eleitoral a aliança PDT, PSDB e PCdoB saiu

na frente com a preferência do eleitorado. Por isso, argumentou, ficou claro que as demais candidaturas tentariam solapar essa liderança. Mas cada vez mais a distância é maior. A Frente Progressista Gaúcha tem que decidir a eleição no primeiro turno, garantindo bancadas progressistas no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa.

O candidato ao governo Alceu Collares subiu à tribuna empolgado com a palavra de ordem puxada pela militância do PCdoB: "Agora, agora é pra valer, é no primeiro turno que o Collares vai vencer!"

Alceu Collares recomendou aos ativistas do FPG que passem a se organizar para a fiscalização do primeiro ao último voto que for depositado nas urnas do Rio Grande do Sul.

Jussara Cony, em 1988, foi a candidata a vereadora mais votada do Estado e não assumiu a sua cadeira na Câmara Municipal de Porto Alegre por empecilhos causados pela legislação eleitoral. Agora, os eleitores vão cobrar em dobro. Votarão em Jussara Cony e Edson Silva. E tem mais, vão dar a revanche pelo resultado da eleição para presidente: votar em Brizola, depois votar em Lula, para eleger Collor de Mello, o povo gaúcho não aceita nem com banda de música. Por isso, está na cara e até nas pesquisas que vai eleger Alceu Collares, derrotando o também "grandalhão colridor dos pampas" — sua excelência Nelson Marchezan.

Nesta terra, ninguém engoliu a contra-campanha da mídia, que perde, contrafeita, preciosas horas de lucros com a veiculação da propaganda eleitoral gratuita. E ganha preciosas horas com noticiários mentirosos para patrocinar seus 'escolhidos'. O povo do Rio Grande do Sul está fazendo uma campanha politizada. O eixo de combate a Collor e a sua política, incorporado nos candidatos do PCdoB, acertou o alvo. Todo mundo despertou. Tanto que o desenrolar desse trabalho ocorre na rua. A fagulha do entusiasmo comunista incendiou os corações e mentes de inúmeras categorias profissionais, moradores de bairros,

partidos coligados e outros amigos, do PCdoB.

A rebeldia no olho de Jussara Cony

Saindo da frente da câmera de televisão, que percorria o Brique da Redenção (feira de artesões do bairro Bonfim) para gravar o programa político, Jussara Cony convidou: "Então vamos fazer esta entrevista agora". Senta num banco ao lado de uma roda-gigante. Era pelo menos a quarta atividade numa manhã nublada de domingo. A voz insistentemente rouca pronunciou prontamente: "É uma campanha com uma receptividade enorme. As pessoas estão muito entusiasmadas". E por aí foi. Jussara Cony contou que o povo está identificando os candidatos do PCdoB. A marca é o combate e a resistência ao governo Collor. O resultado é uma campanha politizada, de um partido revolucionário que desenvolve a luta eleitoral para elevar o nível de consciência do povo.

Jussara Cony está encantada com o carinho que recebe. Ela avisa que não consegue vencer uma quadra de rua em menos de cinco minutos, porque as pessoas querem dizer que ela está seguindo o caminho certo. O povo já abraçou a candidatura para

transformar a decepção e a revolta em esperança.

A campanha é carregada nos braços dos eleitores. "A militância explodiu: os materiais de campanha são bons e cada camarada, embora exausto, encontra uma reserva de força", afirmou Jussara.

A política na mão de Edson Silva

Ainda com a cuia de chimarrão na mão, para esquentar o final de domingo cheio de chuva, Edson Silva apontou: "A parcela majoritária do eleitorado de oposição vê na candidatura de Alceu Collares a alternativa para derrotar o governo Collor. A Frente Progressista Gaúcha é a única que tem fôlego e densidade política para canalizar o descontentamento do povo".

O candidato a deputado federal do PCdoB no Rio Grande do Sul montou um mosaico da situação eleitoral no Estado. Ele afirma que o PT e seus coligados (PSB e PCB), embora tenham uma opinião de oposição, não têm consistência política. "Eles não mostram firmeza", disse, "e nem saem do chão". Edson analisa, além disso, que "pesa sobre o candidato Tarso Genro (PT) o desgaste da administração pública na capital". O PMDB

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

realizou um governo vacilante, deixando de atender o povo gaúcho na melhoria dos serviços públicos e no desenvolvimento econômico do Estado. E isso está identificado com o Fogaça, que é candidato a governador da situação.

O Marchezan, continuou Edson Silva, está na política há tanto tempo. E nunca fez nada. Tudo o que ele fala soa como demagogia. Tanto ele é identificado com o velho, que mantém o eleitorado tradicional das forças conservadoras. Enquanto isso, a candidatura de Collares é a que empolga o Estado.

O candidato do PCdoB a deputado federal afirmou que a característica desta campanha é a política do corpo-a-corpo e a conquista de uma base ampla de apoio, de gente que não é do partido, ou que é até de outros partidos. Ele assinalou que o modelo de campanha estadual para derrotar Collor tem muita receptividade no eleitorado. "O descrédito do povo é com relação aos políticos conservadores. Nós conseguimos reverter o voto em branco porque somos candidatos do PCdoB, que tem experiência, coerência e credibilidade", afirmou.

*Correspondente no RS



O Partido Comunista do Brasil colocou em campo um time combativo e animado, disposto a vencer.

Uma programação final repleta de eventos

A programação de campanha vai de ponta a ponta no Estado.

Os candidatos já visitaram cerca de 50 municípios, especialmente da Grande Porto Alegre, Região

Serrana e Região Sul. Em cada lugar, são realizadas visitas em fábricas, associações e sindicatos. Vão se formando, então, os comitês de campanha.

No dia 19 de agosto a Vila Restinga virou festa. A vila tem cerca de 60 mil habitantes na zona sul da capital. Jussara Cony e Edson Silva percorreram a feira livre do bairro ouvindo depoimentos entusiásticos.

O encontro com a banda "Garotos da União", que compôs o jingle de Edson Silva, terminou num arrastado pagode. O candidato não deixou por menos e ajudou no pandeiro.

Jussara Cony ouviu de uma senhora alegre que ela é como se fosse da sua família, porque aparecia sempre na TV falando as coisas que tinham de ser ditas.

Na "Tinga", como é conhecida a localidade, foi fundado um comitê e a comunidade arrumou espaço para um gigantesco painel dos candidatos.

No domingo seguinte, depois de uma carreta pela zona leste de Porto Alegre, em conjunto com o candidato a governador, os candidatos do PCdoB foram ao Brique. Eram aguardados por artistas, artesões, antiquários e músicos que lançaram a proposta inicial da lei Jussara Cony, destinada a salvar a cultura no Rio Grande do Sul.

Durante a caminhada pelo Brique da Redenção, o apoio vinha de trás das bancas, das mãos de quem segura há muitos anos um espaço cultural vivo em Porto Alegre. O apoio ao projeto de lei que institui um incentivo fiscal para quem subvenciona as produções culturais já tomou corpo. Foram mais de 150 assinaturas de pessoas que conhecem a atuação de Jussara nesse setor.

No dia 29, foi a vez do comitê de saúde pró-Jussara Cony. Edson Silva, reunindo profissionais que estão há longa data na luta

pela criação de um sistema de saúde comprometido com o povo. O comitê foi fundado com a presença do candidato a vice-governador, João Gilberto Lucas Coelho. Ele foi objetivo: "Contra a política privatista de Collor, votar em Edson Silva e Jussara Cony faz bem para a saúde".

No dia 9 de setembro a Frente Progressista Gaúcha realizou uma carreta nos bairros da zona sul de Porto Alegre. Foi um teste de popularidade. A movimentação de mais de duas horas em Vila Restinga, que abriga um eleitorado da ordem de 60 mil pessoas, indicou que a FPG tem a confiança massiva do eleitorado. À tarde, os candidatos do PCdoB circularam pelos conjuntos residenciais conversando com os moradores. A atividade política no corpo-a-corpo tem sido a grande marca da campanha de Jussara Cony e Edson Silva.

No contato direto com os eleitores, Jussara Cony e Edson Silva são imediatamente reconhecidos como os candidatos que "não perdoam os erros de Collor" nos programas de rádio e TV. O volume de material de propaganda apresentado durante a carreta só foi possível porque na outra ponta da cidade o comitê de campanha deslançou a produção de serigrafia. Em dois dias, foram produzidas 25 bandeiras grandes, 50 "pirulitos" com os nomes de Jussara e Edson, 40 faixas, e oito super-bandeiras. Foram 480 impressos em 220 metros de tecidos que passaram pelas mãos dos encarregados do material de propaganda. Orgulhosos, eles afirmaram que "enquanto no processo de confecção há uma produção de 25 por cento de material aqui de, menos de 10 por cento". (A.M.)



Edson Silva começa a campanha desde as seis da manhã, participa dos atos de massa e arranja tempo e contato pessoal com o eleitor. Jussara Cony desperta entusiasmo nas massas populares. Os gaúchos vão este ano reparar uma injustiça.

PE: Unidade Popular arranca

Na reta final da campanha em Pernambuco, o candidato da Frente Popular, Jarbas Vasconcelos, apresenta uma ascensão contínua nas pesquisas de opinião pública e arranca uma virada sobre o seu principal adversário, Joaquim Francisco, candidato das forças conservadoras do Estado. Jarbas, que é apoiado por uma coligação formada pelo PMDB, PCdoB, PSB, PCB, PDT, PSDB e PMN, adotou uma postura ofensiva ao partir para uma campanha de rua e o resul-

tado foi a alteração do quadro que até então se mostrava adverso.

Outra característica que fez a campanha tomar um novo pique foi o discurso anticollor que o candidato da Frente Popular passou a utilizar nas manifestações e no programa eleitoral no rádio e na TV, atingindo, principalmente, o eleitorado urbano da capital e dos municípios da área metropolitana. Com esta combinação, Jarbas virou os dados da pesquisa nestas duas regiões e a militância redo-

brou o ânimo para conquistar cada voto no corpo-a-corpo. Ao sentir a reversão, o candidato de Collor no Estado, Joaquim Francisco, entrou em desespero e nos bastidores correm informações de que Joaquim vai recorrer a todos os expedientes para tumultuar o processo eleitoral.

Unidade popular

Quanto à eleição dos candidatos proporcionais, a disputa está acirrada. O fato novo que vem empolgando o eleitorado pernambucano é a campanha da coligação Unidade Popular entre o PSB e o PCdoB — mais conhecida como “a chapinha”.

Liderada pelo ex-governador Miguel Arraes, a Unidade Popular se diferenciou dos demais partidos ao se apresentar como de oposição ao governo do presidente Fernando Collor. Estima-se que a coligação elegerá entre quatro a cinco deputados federais, com a presença do vereador Renildo Calheiros (PCdoB) e de cinco a seis estaduais, incluindo-se o pre-

Justiça Eleitoral censura o debate

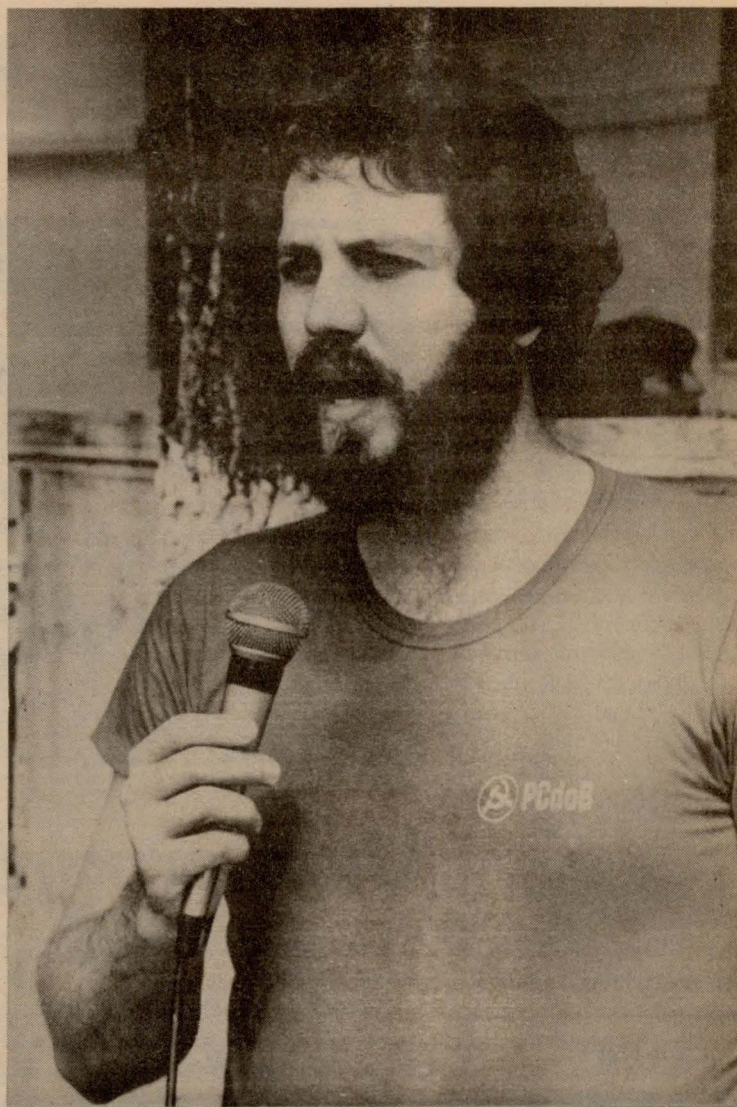
Com todo o respeito, porque perguntar não ofende, é certo o que faz a Justiça Eleitoral no disciplinamento do horário gratuito no rádio e na TV?

Seguramente, é plausível que num esforço conjugado com os partidos políticos e o Poder Legislativo, em nome do interesse público e da salvaguarda do processo eleitoral, se estabeleçam normas e se tomem medidas para evitar que a propaganda eleitoral gratuita degenerem em baixarias do tipo do tristemente famoso “Marronzinho” (candidato em alguns pleitos passados em São Paulo que ocupava seu horário na TV para fazer insultos e provocações) ou numa incessante troca de insultos pessoais.

Mas não estarão alguns tribunais regionais confundindo o cumprimento do elementar dever de defender a instituição eleitoral com o exercício da censura? Quando a resposta é afirmativa, é evidente que esta exorbitância de funções castra o elementar direito dos candidatos de exercerem a crítica e o da opinião pública de ser informada para possuir elementos de esclarecimento.

Em São Paulo, apenas para citar um exemplo, a anomalia desse comportamento do TRE se tornou uma espécie de mal crônico desde que começou o horário gratuito. O candidato do PDS, Paulo Maluf, aparece quase todos os dias, além de seu próprio programa, em três ou quatro de seus adversários, para fazer uso do “direito de resposta”. Qualquer crítica ao candidato é considerada “calúnia”, “injúria”, “difamação”, merecendo o “direito de resposta”. Ora, parece haver um erro de princípio na apreciação do problema. Uma crítica, procedente ou improcedente, não constitui necessariamente calúnia, injúria ou difamação. Opiniões defendidas por seus adversários, como a de que é preguiçoso, foram assim considera-

O horário gratuito deve contribuir para o esclarecimento do eleitorado. Por isso a crítica, inclusive a crítica enérgica, deve ser feita entre candidatos. A linguagem amena, os afagos e rapapés servem apenas para desinformar o eleitorado e despolitizar a campanha. Diferentemente, o debate de idéias, com o necessário embate entre os candidatos, desperta a consciência política. Por isso, eleição não combina com censura.



Renildo Calheiros será a voz da juventude pernambucana na Câmara

sidente estadual dos comunistas, pela população como o “anticollor”. (Jair Pereira). Luciano Siqueira — identificado



Luciano Siqueira (PCdoB) e Miguel Arraes (PSB) encabeçam a campanha da Unidade Popular com boas chances de vitória



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Chegou a hora da virada em SP

Rita Polli

Nos últimos dias de campanha eleitoral em São Paulo, a UDP-União o Democrática Popular (PT, PCdoB, PSB e PCB) joga pesado para reverter o atual quadro político.

Paulo Maluf, a velha raposa da direita, continua estabilizado em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, mas ainda pode sofrer uma sensível queda junto à massa, principalmente agora com a descoberta no cemitério de Perus de uma vala comum repleta de ossadas de presos políticos assassinados pela ditadura e lá enterrados clandestinamente justamente na época em que Maluf era prefeito "biônico" de São Paulo. Já o tucano Mário Covas vem despencando nas pesquisas e Fleury, o "capataz de Quêrcia", mantém a terceira posição graças aos bilhões de cruzeiros gastos pelo atual governo estadual para enganar a população com propaganda mentirosa de obras inexistentes ou executadas por seus antecessores.

A vitória das forças progressistas e de esquerda em São Paulo, apesar disso, não é impossível. É preciso que a militância da UDP afaste qualquer manifestação do ceticismo com relação às possibilidades de uma virada de Plínio em São Paulo.

O candidato da UDP não está tão em baixa quanto a grande imprensa quer mostrar. No dia 8 de setembro, cerca de quatro mil pessoas compareceram à Praça Armando Sales, em São Miguel Paulista, na periferia de São Paulo - mesmo número de pessoas



O candidato a deputado federal do PCdoB em comício ao lado de Suplicy.

que lá estiveram no comício da FBP com Lula no ano passado; dia 9, em Itaquaquecetuba, município da grande São Paulo, 1.500 pessoas foram prestigiar Plínio de Arruda Sampaio e os candidatos da UDP, o dobro de pessoas que estiveram no mesmo local quando houve comício da FBP; e em Mogi das Cruzes, também na grande São Paulo, o comício realizado pela UDP no dia 9 contou com

a presença de cerca de 2.500 pessoas que lotaram o largo da Matriz, cerca de mil pessoas a mais em relação ao comício da FBP no ano passado. "A grande presença de massa no comício da UDP em Mogi, que é reduto eleitoral da direita, constitui uma vitória da UDP", declarou Adélito Modesto, liderança sindical de Mogi das Cruzes. "Já participei de alguns mutirões no centro comercial de São Miguel

Paulista, e a receptividade tem sido boa, pelo menos 40% das pessoas abordadas mostram simpatia pelas candidaturas da União Democrática Popular", confirma Ana Martins, destacada liderança de massas na zona leste de São Paulo.

Além destas importantes manifestações de massa, a campanha de Plínio vem obtendo crescimento nos grandes centros. Em São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, importantes cidades do pólo industrial da Região do ABC, o candidato da UDP já ocupa a segunda colocação nas pesquisas de opinião.

Rita Polli

Amarrar o voto

Com relação aos candidatos comunistas, Aldo Rebelo a deputado federal; Jamil Murad e João Bosco, a deputado estadual, a palavra de ordem agora é intensificar as ações de massa e privilegiar a presença dos candidatos nos locais de maior influência eleitoral, como é o caso da região de São Miguel Paulista e Itaquaquecetuba, onde Aldo Rebelo conta com o apoio dos sem-terra. "São mais de duas mil famílias cadastradas no movimento regional dos sem-terra que abarca as cidades de Itaquaquecetuba, Santa Isabel, Suzano e Ferraz de Vasconcelos e uma parte da zona leste de São Paulo, cujas principais lideranças fazem campanha para o Aldo" afirma Alexandry Navarro, da direção do PCdoB de Itaquaquecetuba.

Aos militantes comunistas cabe a tarefa de impulsionar a campanha da UDP, e para que isso aconteça algumas ações são de vital importância: fazer a amarração dos votos passando nos locais já visitados pelos mutirões, só que desta vez com os modelos de cédulas dos candidatos comunistas; dar o maior volume possível à campanha através das pichações e colagens; e preparar a militância e as áreas de influência para o grande comício da Praça da Sé no dia 30 a para a atuação nos trabalhos de boca-de-urna no dia da eleição. Afinal de contas, a partir de agora é tudo ou nada, e os comunistas de São Paulo devem ser a vanguarda para a arrancada final que pode derrotar os candidatos de Collor, elegendo Plínio governador, Suplicy senador e os candidatos comunistas.

(Rogério Siqueira)

Frente Capixaba pode disputar segundo turno

Com uma campanha eleitoral concentrada nos meios populares e sindicais, os candidatos do PCdoB a deputado estadual, João Martins, e a federal, Iran Caetano, ganharam a simpatia do eleitorado do Espírito Santo pelo combate firme ao governo Collor. Isto ocorre num momento em que aumenta a tendência do eleitorado a votar em Albuíno Azeredo, candidato a governador pela Frente Democrática Capixaba (FDC), que reúne PDT, PCdoB, PSB e PTB.

João Martins, candidato à reeleição, conta com o apoio de diversas categorias profissionais, como bancários, portuários e funcionários públicos. A duas semanas das eleições, o candidato do PCdoB a deputado federal,

Iran Caetano, vê crescerem suas chances de chegar à Câmara Federal. São 90 candidatos para as 10 cadeiras existentes. Iran está sendo conhecido pelo povo capixaba como o candidato que tem a coragem de desmascarar as mentiras do governo Collor. "Estamos usando a televisão para mostrar ao povo o perigo que representa a política entreguista e antipopular do governo Collor", diz Iran.

Nos últimos 30 dias cresceu a candidatura de Albuíno Azeredo, da FDC. Ele, que no início tinha apenas 1,8% da preferência do eleitorado, saltou para 13%, conforme as últimas pesquisas. A campanha de Albuíno se afirma entre os trabalhadores de baixa renda e a classe média.



As manifestações de massa dos últimos dias marcam uma importante virada na campanha da UDP

É preciso desmascarar a direita

Líder do Pcdob na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, aos 48 anos, tem uma história de lutas e um exemplo de vida dedicados às causas populares, à defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e do povo, e por um Brasil livre, soberano, socialista. Dirigente do partido desde a incorporação da Ação Popular (AP) ao Pcdob em 1972, Haroldo viveu dez anos na clandestinidade, foi preso e torturado nos cárceres da ditadura, voltou à luta política com toda a garra, entusiasmo e combatividade que caracterizam os comunistas desde a anistia conquistada pelo povo em 1979 e, de lá para cá, foi personagem destacado dos grandes momentos das lutas populares no país.

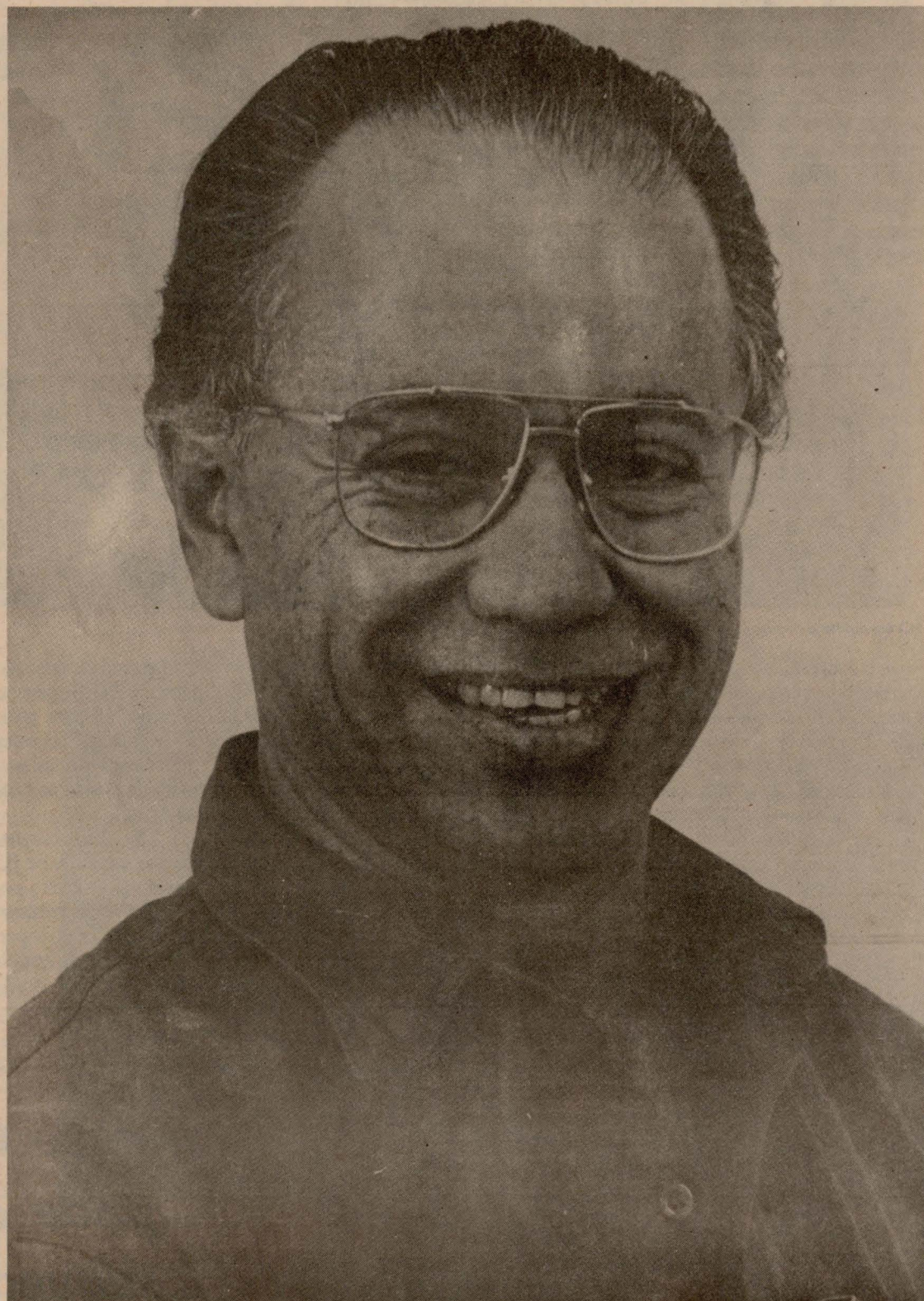
Deputado federal desde 1982, revelou-se habilidoso articulador político, colocando na linha de frente dessas articulações um princípio do seu partido, o Pcdob: a importância da unidade popular, da união das esquerdas e dos setores progressistas para enfrentar a direita e os conservadores encastelados no Parlamento brasileiro. Sem descuidar da ação parlamentar específica, cuidando de elaborar projetos e emendas de interesse dos trabalhadores e do povo, Haroldo Lima sempre deu especial atenção à busca da unidade popular. Foi assim na campanha das diretas, na eleição de Tancredo, na batalha da Constituinte e na campanha de Lula. Nesta entrevista, ele analisa a campanha para as eleições estaduais de outubro e os prejuízos que a desunião da esquerda vem provocando.

Classe — Os candidatos da direita lideram as pesquisas de opinião na maioria dos Estados. Os brasileiros, descrentes e desesperançados e ao mesmo tempo revoltados com o engodo do governo Collor, estão protestando com este voto à direita?



Haroldo — Não se pode concluir que está existindo uma tendência à direita por parte do povo brasileiro. O que se observa é um acirramento das lutas e indicações de radicalidade e impaciência. A recessão, o desemprego, o arrocho salarial, têm levado os trabalhadores a reagir de maneira até imprevista. Multiplicam-se as greves e as formas de luta mais enérgicas.

O governo tem afrontado o movimento grevista com a maior



Haroldo e Luiz Nova, deputado estadual, candidato à reeleição

dureza. As conquistas econômicas têm sido impedidas a todo custo. E, mesmo quando greves são derrotadas, ou conseguem pequenas vantagens, os trabalhadores não têm demonstrado abatimento. Ao contrário, reagem com firmeza, decidindo-se a lutas prolongadas, ocupação de fábricas ou órgãos públicos, e apelando até para quebra-quebras.

Tudo isso mostra que o povo está insatisfeito, impaciente, em luta. Entretanto, a tradução eleitoral dessa revolta não está, em geral, beneficiando a esquerda. Esta

realidade tem causas que precisam ser melhor analisadas...

Classe — ... veja que as mesmas pesquisas que revelam uma profunda insatisfação popular com o governo Collor e as conseqüências de sua desastrosa política econômica indicam uma preferência por candidatos ligados a Collor...



Haroldo — Falo aqui de uma das causas, talvez das mais importantes. Penso que a unidade das esquerdas e de forças progressistas, conseguida no segundo turno da campanha de Lula, foi vista como uma conquista do povo. As massas perceberam que a unidade popular lhes permitia grande força política e até chegar perto do governo central.

Em decorrência desse correto entendimento, as massas populares reprovaram as ações que levaram à desagregação daquela unidade. E recusaram-se a se engajar em processos que não contam com a

arma básica da luta, a unidade. O PT, sem dúvida, tem muita responsabilidade na liquidação daquela unidade. Foi o partido que esteve à frente da aliança, foi o que mais se beneficiou dela, era o maior partido da esquerda e, contudo, não se empenhou na defesa da unidade. Ao contrário, inviabilizou-a em muitos lugares.

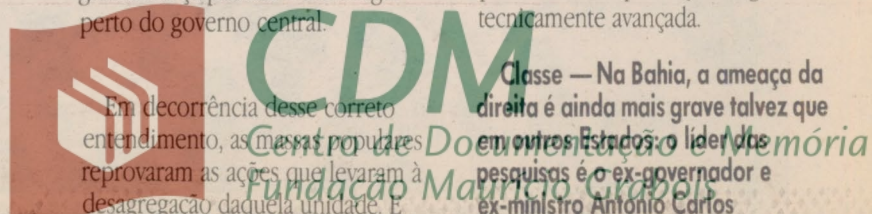
Tem-se falado em desencanto do povo face a políticos, instituições etc... É um dado verdadeiro também. Mas, um dos principais desencantos do povo é com as forças que não souberam manter uma verdadeira conquista, a unidade popular.

Classe — Há possibilidade de se reverter esta realidade na reta final da campanha para as eleições de outubro?



Haroldo — Creio que a força que conseguir levantar bem alto a bandeira da oposição decidida e inteligente e desmascarar as forças de direita como as principais responsáveis pelos males que penalizam a Nação poderá ser apoiada pelos setores populares. É claro que essa possibilidade tem pela frente dificuldades materiais importantes para vingar. A utilização do poder econômico, dos meios de comunicação e do Judiciário eleitoral é arma poderosa nas mãos das forças reacionárias. Por isso, o bom desempenho das forças de esquerda exige não somente uma justa diretriz política de campanha, que acentue a denúncia e a proposta radicalizada, localizada, documentada, como também os meios massivos, arrastões e ampla agitação e propaganda. Na TV, o discurso contundente, não necessariamente gritado, sempre que possível numa produção original e tecnicamente avançada.

Classe — Na Bahia, a ameaça da direita é ainda mais grave talvez que em outros Estados: o líder das pesquisas é o ex-governador e ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, praticamente enxotado do Estado na última eleição estadual



e agora "ressuscitado" como "salvador da Pátria", um senhor bonzinho de "cabeça branca" que vem "salvar a Bahia" montado numa superprodução de mídia e marketing político. Como você analisa essa "ressurreição"?



Haroldo — O aparecimento do ACM com respaldo no eleitorado baiano é fruto de um processo intrincado merecedor de maior análise. Alguns fatores ajudam a compreender esse fato. Primeiro, o dado geral, nacional. Não são as esquerdas que estão em ascenso. Salvo em alguns Estados — Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são destaques, por causa de Brizola —, a direita tem se aproveitado da situação, pelo menos por enquanto. Em segundo lugar, a frente de esquerda não se manteve unida, nem no Brasil, nem na Bahia, privando o povo de uma arma decisiva, a unidade. Se por acaso a esquerda estivesse totalmente unida na Bahia, como queria e se esforçou para isso o PCdoB, a direita não teria o destaque que está tendo, nem mesmo se daria ao luxo de entrar dividida na eleição. É possível mesmo que, com a precária saúde que está tendo, frente a uma esquerda unida, forte e ampla, ACM não topasse se candidatar.

Classe — E a Frente Popular com a "Chapa das Mulheres"? Como você analisa a campanha até aqui e quais as perspectivas dessa reta final?



Haroldo — A Frente Popular na Bahia nasceu com forças limitadas. Especialmente a ausência do PT e do PDT debilitou-a, no início. É bom que se diga que na história do lançamento da Frente Popular há um determinado fato muito significativo. Faltavam 3 horas e meia para o pra-

final do registro de chapas, quando o PT nos informou, por telefone, que não faria mais coligação para as eleições proporcionais. Decidimos então, com o PSB e o PCB, organizar a frente e registrar chapa para a disputa majoritária e proporcional. Até então, estávamos com o PT e em torno de um candidato.

Lançada a "Chapa das Mulheres", em pouco tempo ela demonstrou uma grande potencialidade eleitoral. Cresce notadamente junto aos setores



organizados da sociedade. Tem enfrentado uma desigualdade enorme de recursos mas saiu do último lugar, passou o PT e o PRN nas pesquisas e já ameaça o candidato do PMDB. Ao seu crescimento

credita-se a existência do segundo turno nas eleições baianas.

Classe — E a sua campanha especificamente, como está? Lidera as pesquisas para governador um cidadão que lhe dedica um ódio visceral. Deu pessoalmente ordem para que lhe prendessem em episódio recente da história de lutas do povo baiano, o quebra-quebra de ônibus em 1981. Você ficou conhecido como "o homem de quem ACM não gosta". Enfrentando essa direita raivosa, com o evidente descenso da esquerda e do socialismo, quais as perspectivas da sua reeleição?

Haroldo — A minha candidatura procura situar-se como alternativa principal da esquerda baiana. O PCdoB, em entendimento com setores operários e amigos, escolheu um lema que refletisse essa preocupação: "Bahia, a esquerda tem nome — Haroldo Lima". A direita, em geral, e os setores carlistas, em especial, têm demonstrado viva atenção em impedir a vitória da nossa candidatura. Temos informações de conversas entre eles onde essa decisão fica reiterada.

Freqüentemente vemos cartazes e painéis de candidatos de esquerda serem poupados pelas forças de direita, menos os meus, cobertos ou rasgados freqüentemente nas ruas.

O nosso Partido tem consciência da importância política da minha reeleição, enquanto isso significar certo desafio do Partido na Bahia. A direção central tem acentuado esse aspecto para os companheiros baianos. E o Partido já definiu um plano de fim de campanha com metas ambiciosas, inclusive a eleição de deputados estaduais.



A preliminar para que essas metas sejam cumpridas é a atitude resoluta dos companheiros do Partido para



partir para a briga. Temos dito aos camaradas que, na situação atual, um desempenho "bom" nosso, como o que nos permitiu a eleição de 86, talvez nos leve à derrota. Por essa razão, precisamos de um desempenho bem acima do "bom" para atingirmos nossos objetivos.

O PCdoB está fazendo um apelo a todos os camaradas e amigos no sentido de se colocarem à disposição da campanha, entrando em férias, pedindo licença, licença sem remuneração, rearrumando os turnos de trabalho para que um turno seja liberado para o trabalho político. Assim, pensamos superar as dificuldades e conquistar mais uma vitória para o nosso partido.

* Correspondente na Bahia



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Wilson Cano, especial para a Classe:

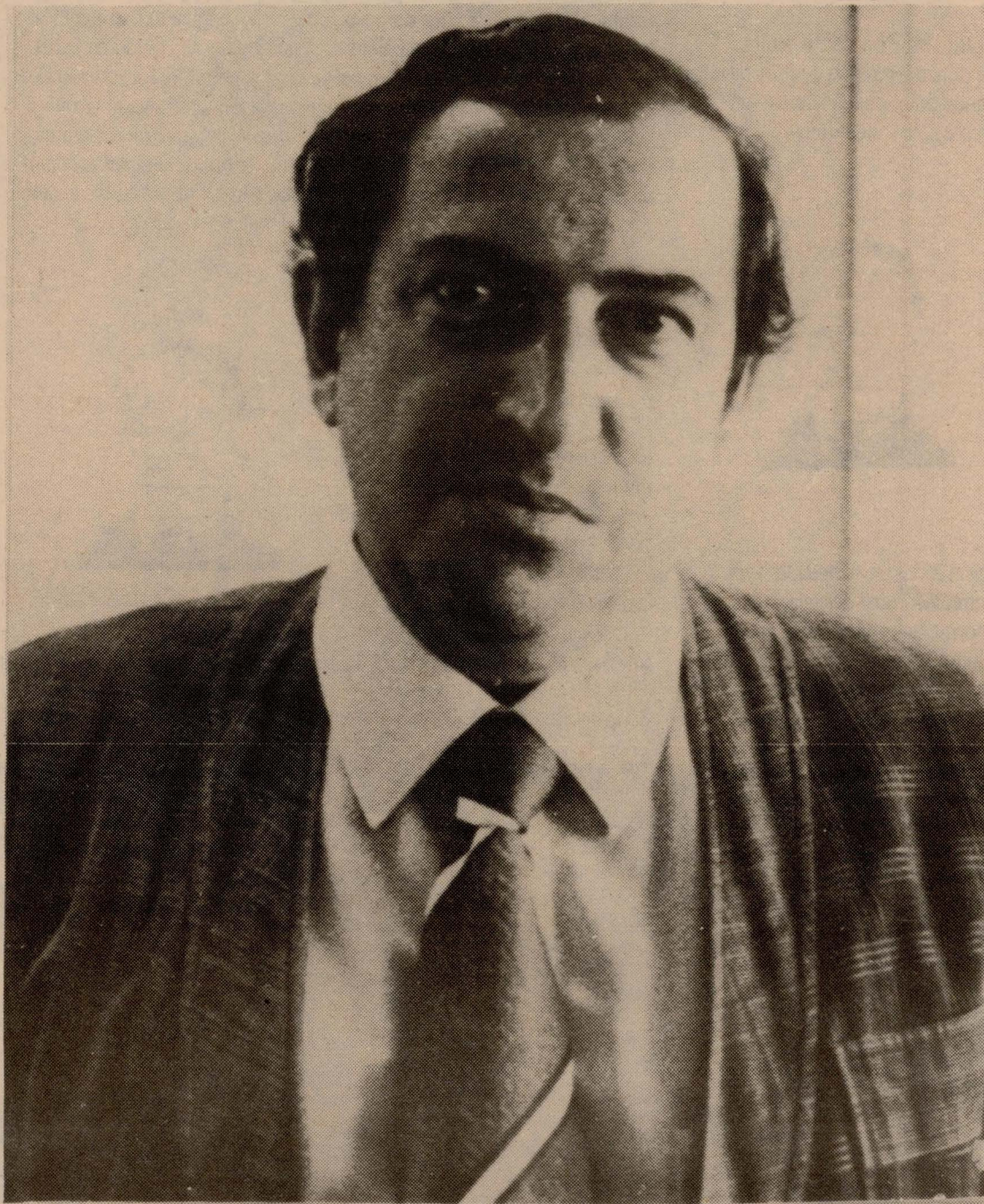
O Brasil nas mãos do FMI

O coordenador de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade de Campinas contesta as opiniões segundo as quais o país fez um "bom acordo" com o Fundo, prevê recessão profunda e risco de sucateamento da indústria nacional, e alerta: "há uma parte da esquerda iludida com o Plano Collor".

A grande imprensa brasileira procurou enxergar com lentes coloidadas o acordo provisório que o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o "embaixador especial" da dívida externa, Jório Dauster, firmaram dia 7 de setembro com o Fundo Monetário Internacional. "FMI decide apoiar o plano brasileiro", chegou a proclamar em título de página inteira o jornal "O Estado de S. Paulo". Argumentou em seguida que o Fundo havia abandonado exigências como a do reinício imediato do pagamento de juros aos credores privados; que a instituição agora limita-se a "apoiar" o programa de ajustes decidido autonomamente pelo governo; e que o país obteve de quebra um empréstimo, inesperado, de 2 bilhões de dólares. Como os meios de comunicação de alcance nacional portaram-se de maneira idêntica à do "Estado"; e como este mesmo comportamento foi seguido por teóricos e políticos que até há pouco faziam questão de situar-se no universo da esquerda, é provável que uma parcela significativa da opinião pública tenha acreditado de fato que o FMI transformou-se numa agência de apoio às políticas soberanas desenvolvidas pelos países do Terceiro Mundo; e que talvez a própria decisão de firmar o acordo na data em que se comemora a independência nacional seja um símbolo a mais dos novos tempos...

Só ingênuos crêem que o Fundo não fez exigências ao Brasil

"Quem difunde estas crenças demonstra apenas a própria ignorância, ou está interessado em iludir os ingênuos". É com estas palavras, e sem disfarçar a irritação, que o professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) tem respondido aos que lhe indagam sobre a suposta mudança de atitudes do Fundo. Suas posições têm alcançado algum espaço nos últimos dias, em parte devido ao posto de destaque ocupado pelo professor, que dirige a Comissão de Pesquisa de economia do país. Mas certamente também porque Cano tem sido, desde o início do Plano Collor, uma das únicas vozes a sustentar, de



Wilson Cano, irônico: "Ainda há quem pense que o Fundo age por amor"

dentro da universidade, um combate aberto aos projetos neo-liberais do novo governo. No último dia 12 ele recebeu a **Classe** nas instalações modernas porém despojadas de seu gabinete, para expor em detalhes seu pensamento.

Empréstimo de 2 bilhões de dólares voltará a credores, para pagar a dívida

Cano faz questão de desmistificar, logo de início, o papel do "empréstimo" de 2 bilhões de dólares obtido pelo Brasil. Ele lembra que tais recursos destinam-se fundamentalmente a permitir o pagamento de antigos débitos do país junto ao Fundo. E ressalta que, ainda assim, os recursos serão liberados em parcelas trimestrais. O desembolso de cada parcela estará sempre condicionado ao cumpri-

mento estrito da "carta de intenções" que a ministra Zélia deverá remeter nos próximos dias ao FMI. Segundo informou a "Gazeta Mercantil" em 11/9, ficou acertado nas negociações da semana passada que pelo menos cinco indicadores básicos da economia brasileira serão "monitorados" diretamente pelo organismo, entre eles a emissão de moeda, as reservas internacionais, a execução do Orçamento da União e o endividamento público. Apesar disso, "ainda há quem pense que o FMI age por paixão ou por amor", ironiza o professor.

Desde 15 de março, política econômica segue integralmente rumos apontado pelo FMI

E é então que ele passa a desenvolver as teses essenciais de seu racio-

ínio. Para Cano, o acordo só foi possível porque o governo *já aplica*, desde que tomou posse, as exigências do FMI. Ao contrário do que tem sido

Ao invés de investir em infra-estrutura, Estado arrocha brutalmente seus gastos

anunciado por um amplo leque de forças conservadoras, o cumprimento de tal programa *não será capaz* de modernizar a estrutura produtiva do país. Por fim, insiste o professor, apenas uma *visão superficial* da realidade, com a confusão completa entre o sentido real dos fatos e sua aparência, leva setores da esquerda a rebaixarem o tom de suas críticas à política econômica de Collor. Wilson Cano afirma que os indicadores essenciais suas afirmações segundo as quais o governo segue, des-

CEI/Gazeta Mercantil

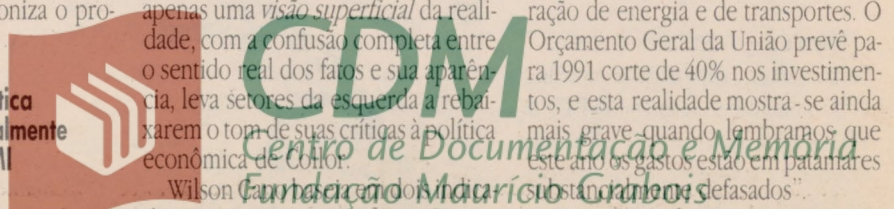
de 15 de março, os rumos traçados pelo Fundo. "O Plano", diz ele, "sustenta-se em primeiro lugar sobre um corte brutal do poder de compra dos salários, e tem se apoiado mais recentemente numa elevação drástica da taxa de juros internos. Tais fatores, somados, apontam para uma recessão aguda, uma queda talvez sem precedentes no nível da atividade produtiva. Mas são as peças básicas de todos os programas impostos pelo FMI às nações que recorrem a ele".

O professor prossegue. "As classes dominantes brasileiras têm procurado convencer a opinião pública com o argumento de que primeiro é preciso estabilizar a economia para em seguida passar a um patamar novo de desenvolvimento, onde haveria modernização do parque produtivo industrial e agrícola". Como se recusam a abrir mão de seus privilégios, argumenta ele, "estas classes despejam os custos da política de 'estabilização' sobre as costas dos trabalhadores". "O mais trágico, porém", arremata Cano, "é que caminhamos para um cenário em que as massas populares se tornarão ainda mais pobres, e em que a economia do país estancará, ou entrará em processo de definhamento, ao invés de dar um passo adiante".

Corte dos salários quebra consumo interno, e inibe modernização industrial

O professor alinha dados e análises concretas para justificar seus prognósticos sombrios. O início de um novo surto de progresso, diz ele, exigiria em primeiro lugar um programa ambicioso de investimentos. Seria preciso recuperar a infra-estrutura básica do país, abalada por anos seguidos de corte de verbas. Seria necessário, ao mesmo tempo, estimular a modernização do próprio parque produtivo, com a adoção de tecnologias mais avançadas e a aquisição de máquinas e equipamentos modernos.

No entanto, o Plano Collor não criou condições, nem entre o setor público nem entre a iniciativa privada, para favorecer estes investimentos. "No setor estatal há um corte de recursos como nunca se viu antes", destaca Cano, "o que irá deixar em situação ainda mais precária serviços como os de telecomunicações, de geração de energia e de transportes. O Orçamento Geral da União prevê para 1991 corte de 40% nos investimentos, e esta realidade mostra-se ainda mais grave quando lembramos que este ano os gastos estão em patamares históricos". "O restante da economia, as pers-





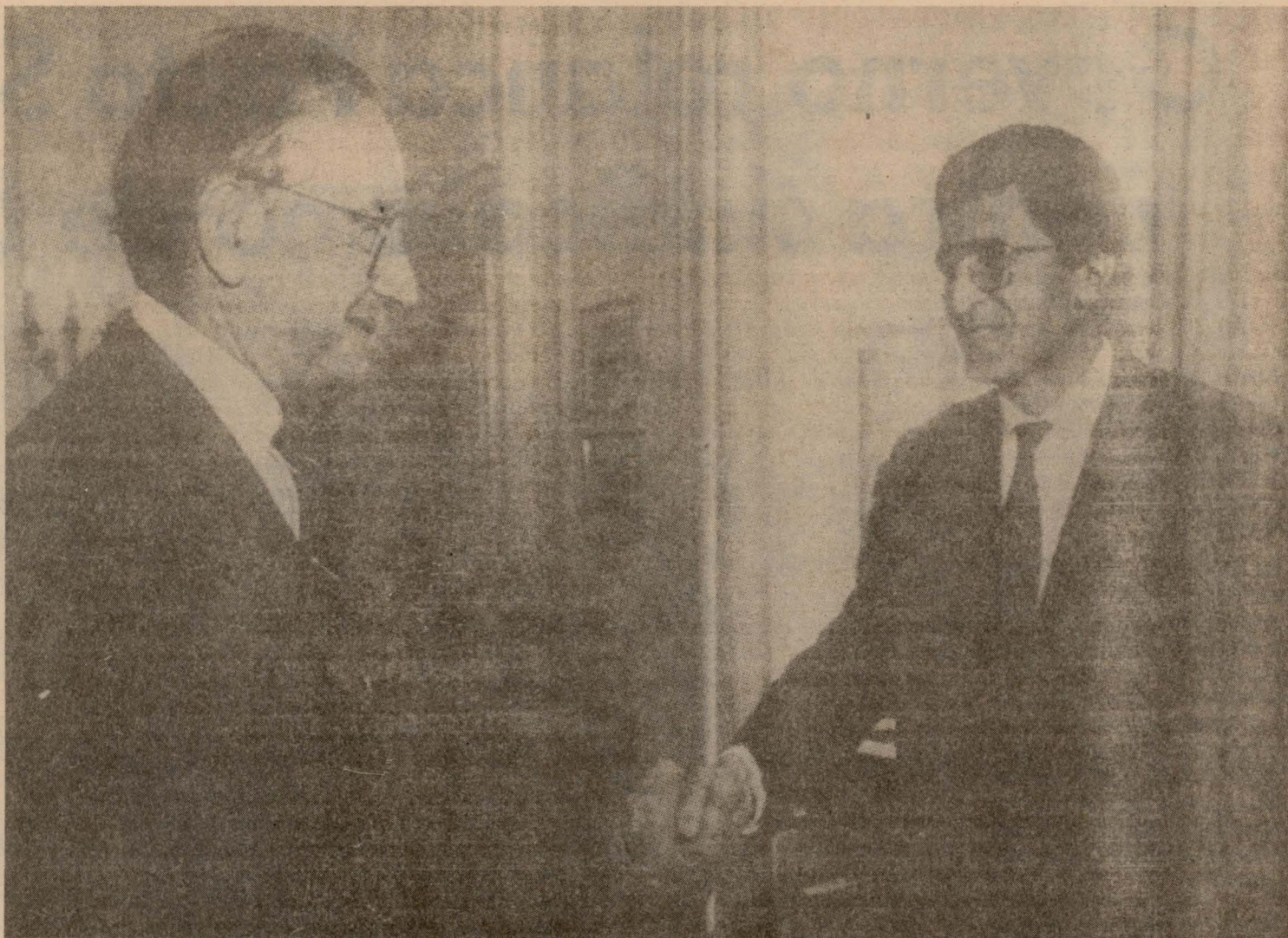
pectivas não são menos pessimistas. "O arrocho salarial indica uma dificuldade ainda maior para o consumo dos assalariados, o que funciona como um primeiro fator de desestímulo aos novos investimentos. Nos últimos dias, além disso, os juros passaram a situar-se em patamares elevadíssimos, inibindo qualquer possibilidade de recurso ao financiamento", diz o professor. Ele lembra que ao debater com os sindicalistas presentes à última reunião plenária da CUT, realizada no mês passado em Belo Horizonte, alertou para a possibilidade de eclodir, durante a aplicação da atual política, uma crise de falências. "Ela seria capaz de desencadear, por sua vez, uma onda de desemprego de dimensões incomparavelmente mais graves que a atual", adverte Wilson Cano.

Taxa de investimentos cairá a patamares mínimos no próximo ano

Em seguida ele recorre a dados que confirmam suas preocupações. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) previu, em um documento recente, que a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) deverá situar-se em torno de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1991. O número é impressionante. A FBKF mede, a grosso modo, o volume dos investimentos realizados a cada ano no conjunto da economia. Ao analisá-la é possível prever, com certa margem de segurança, as possibilidades de crescimento da produção nos anos seguintes. E os 16% do PIB previstos pela CNI equivalem a uma das taxas mais reduzidas dos últimos vinte anos — muito abaixo dos 23,3%, em média, na década de 70, e ainda aquém do patamar de 18,6% registrado nos anos 80 — nos quais a economia permaneceu virtualmente estagnada.

A compreensão dos salários, a alta dos juros e a queda abrupta dos investimentos seriam, por si sós, suficientes para mostrar a inconsistência prática das promessas de "modernização" da direita. Entretanto, o professor Wilson Cano faz questão de acrescentar novos elementos à análise. Ele procura demonstrar que algumas das decisões tomadas no atual governo e festejadas com entusiasmo pelos conservadores acabarão funcionando como fatores suplementares para a paralisia e o possível retrocesso das atividades econômicas.

A primeira destas decisões é a abertura generalizada do país à importação de produtos estrangeiros. A direita tem apontado a medida como algo capaz de arejar a produção nacional, submetendo-a à concorrência externa, inibindo a ação dos cartéis e forçando a indústria brasileira a elevar sua produtividade. O professor Cano mostra que os que pensam assim prendem-se a esquemas teóricos formais, e desconhecem a realidade concreta da economia. "Em primeiro lugar", diz ele, "porque o prazo dado



As vésperas do acordo com o FMI, Ibrahim Eris aperta a mão de Alan Greenspan, do Banco Central dos EUA.

à indústria nacional para que se prepare (quatro anos, nos casos mais dilatados) é exíguo demais para qualquer transformação substancial. Pior ainda, porém, é que será um período de queda substancial do consumo, e de restrições muito concretas a qualquer tipo de investimento significativo". Não é necessária muita sagacidade para imaginar o cenário que pode surgir ao eliminarem-se por completo as barreiras à importação. "Não se pode imaginar que vai haver competitividade nos setores básicos da economia", prevê o professor, "e há risco concreto de destruição de parte importante do parque produtivo".

Abertura às importações pode sucatear setores da indústria nacional

A precariedade dos argumentos levantados a favor da "abertura" ficam ainda mais evidentes quando se observa que a política é adotada de forma submissa, sem obter qualquer contrapartida dos parceiros comerciais do país. "O Brasil já deu sinais de que vai aceitar as pressões dos EUA para defesa dos 'direitos' das empresas americanas que atuam no setor de serviços", lembra Wilson Cano, ressaltando que o fato poderá ter graves consequências para o desenvolvimento no país de programas para computadores, por exemplo. "No entanto", afirma ele, "os próprios Estados Unidos estão subsidiando fortemente a produção interna de produtos agrícolas, com o objetivo explícito

de conquistar mercados antes dominados por outras nações. O caso mais recente ocorreu com a venda de frangos ao Oriente Médio. Até há alguns anos, os produtores brasileiros dominavam 80% do mercado da região. Depois das medidas adotadas pelos EUA em favor de seu produto, a participação nacional caiu para menos de 20%".

O governo Collor acena também com uma política ousada de privatizações, alegando que ela poderá elevar a eficiência de setores até hoje controlados pelo Estado. Wilson Cano vê aí outra ameaça aos interesses do país. "Por trás das privatizações", diz ele, "não há qualquer projeto de desenvolvimento, de superação das dificuldades nacionais. Trata-se de uma operação destinada apenas a reduzir a dívida do Estado. É como se esse objetivo justificasse qualquer medida, qualquer prejuízo ao patrimônio nacional".

Através da conversão da dívida, estatais vendidas a preços de liquidação

E os prejuízos, no caso, podem ser consideráveis. O professor Cano chama a atenção para o fato de o governo fazer grande alarde em torno da conversão da dívida externa em ações das estatais, sem sequer regulamentar o mecanismo através do qual pretende executá-la. "Operações extremamente lesivas ao país podem se tornar realidade", diz ele. "Eventuais investidores podem comprar títulos

de nossa dívida no mercado secundário, pagando cerca de 20% do valor nominal, e depois converter estes mesmos títulos pelo 'valor de face', sem qualquer deságio. Estarão abertos os caminhos para uma transferência em massa do patrimônio estatal, a preços de liquidação".

Para o professor Cano, as próprias contradições internas da política econômica de Collor começam a aflorar claramente. "Nos últimos dias o governo tem tido enorme dificuldade para sustentar as exportações sem perder por completo o controle da inflação", adverte. E explica. Para evitar que a alta dos preços internos acabasse inviabilizando as exportações, o governo precisou provocar uma desvalorização nominal da moeda brasileira. Só pôde fazê-lo, contudo, comprando dólares maciçamente ainda que sem precisar deles, pois

As contradições afloram, surge risco de nova aceleração inflacionária

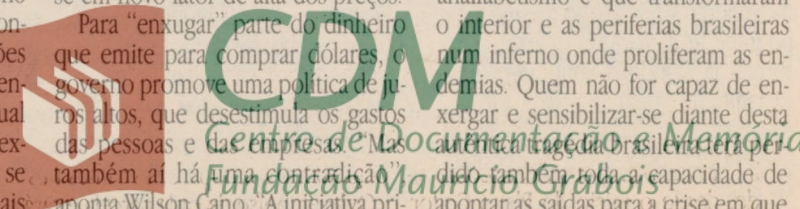
o pagamento da dívida externa está suspenso. E como evidentemente pagou os dólares com cruzeiros, injetou um enorme volume de dinheiro em circulação, o que poderá transformar-se em novo fator de alta dos preços.

Para "enxugar" parte do dinheiro que emite para comprar dólares, o governo promove uma política de juros altos, que desestimula os gastos das pessoas e das empresas. Mas também aí há uma contradição", aponta Wilson Cano. "A iniciativa privada costumeiramente transfere seus

custos financeiros para a população, e o faz pelo método elementar da elevação dos preços, que volta a realimentar a inflação".

Parte da esquerda perdeu a capacidade de compreender o país

Incapazes de promover o surto de investimentos de que a economia brasileira necessitaria para superar 20 anos de paralisia, os projetos neo-liberais do governo Collor podem acabar não alcançando sequer a "estabilização", prevê o professor Cano. Ele só lamenta que setores expressivos da esquerda estejam em estado de semi-paralisia desde a edição do Plano, e que haja quem afirme que o governo roubou as bandeiras sustentadas pelas forças progressistas. "Há quem se impressione com os apelos à modernidade repetidos pelo presidente, pelos seus planos quiméricos de incluir o Brasil entre o Primeiro Mundo, e pela imagem européia dos operários que vão às fábricas dirigindo o próprio carro", diz Cano. E finaliza: "A política do governo, ao contrário, aprofundou os mecanismos que promovem a miséria do povo, que têm causado alta dos índices de analfabetismo e que transformaram o interior e as periferias brasileiras num inferno onde proliferam as epidemias. Quem não for capaz de enxergar e sensibilizar-se diante desta autêntica tragédia brasileira, não pode apontar as saídas para a crise em que o país mergulhou". (A.M.)



Governo relança Pacto Social contra sindicalismo de luta

Entrevista a Irasson Cordeiro Lopes

A investida do governo Collor contra o movimento sindical prossegue. Desta vez, o governo arma um circo sem graça. Fala em pacto social em tom de entendimento nacional, mas ao mesmo tempo avisa que não aceitará exigências.

Em depoimento à *Classe*, Sérgio Barroso, coordenador nacional da Corrente Sindical Classista, da CUT, põe a nu a verdadeira intenção do gesto de Collor e adverte que a Central Unica não pode vestir a camisa da colaboração de classes.

Classe — Para a CSC, o que pretende o governo Collor ao propor o "entendimento nacional" e ao mesmo tempo intensificar seus ataques às greves?

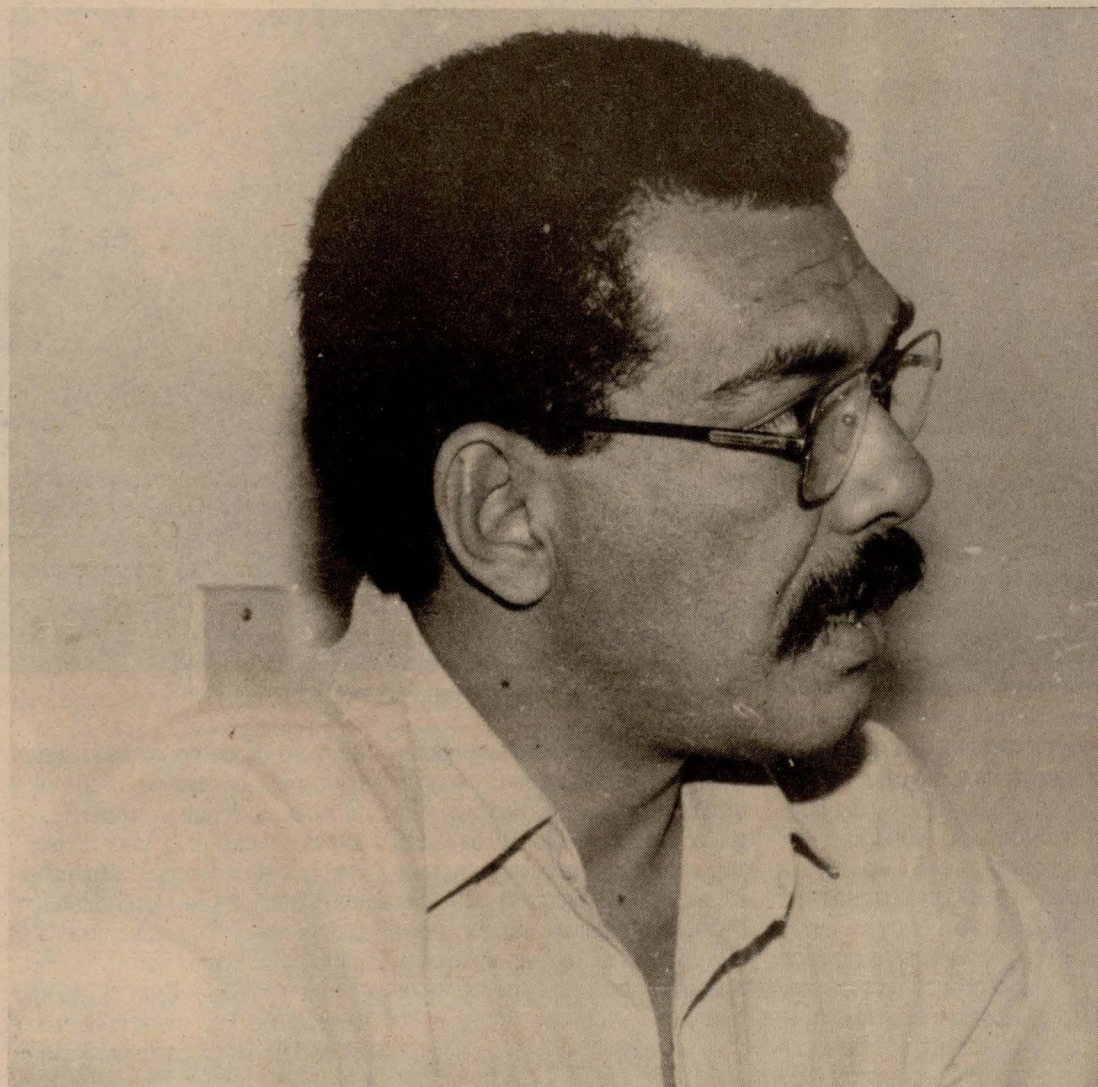
Barroso — O objetivo é seguir as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Todos os relatórios de avaliação sobre os planos de estabilização impostos na América Latina destacam explicitamente a resistência do movimento operário como sendo o principal fator de oposição. Para eles, as greves criam um ambiente de agitação social e instabilidade política.

A estratégia, portanto, é quebrar a resistência do movimento sindical, quase sempre combinando as manobras de cooptação com a repressão direta.

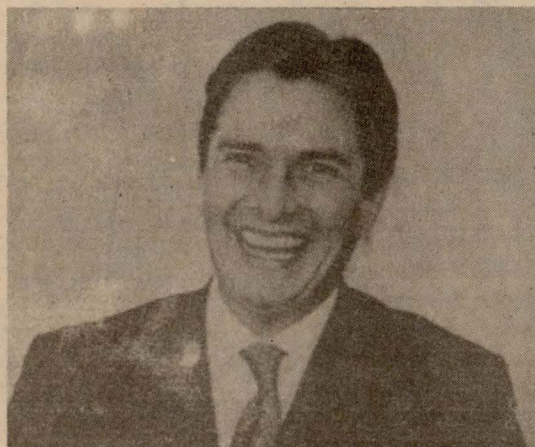
Classe — Então, essa repressão passa pela eleição de um Congresso retrógrado, para aprovar leis igualmente retrógradadas...

Barroso — Sem dúvida. O governo Collor e seu projeto antinacional, para garantir os acordos com o FMI, tentar o ingresso de alguns bilhões de dólares ou outros investimentos, precisa imobilizar o movimento sindical, fazê-lo recuar de suas reivindicações combativas e justas.

Collor demagogicamente pede, em rede nacional de TV, o entendimento nacional. Encena uma grande farsa tentando passar a idéia de que tudo vai bem no país. Procura criar um clima de conciliação, desmobilizar o movimento sindical e ao mesmo tempo impedir a chamada indexação informal da economia. Politicamente visa também ajudar o voto à direita, influenciar contrariamente ao voto de protesto, de oposição à sua política de fome.



Barroso: A estratégia do governo é quebrar a resistência dos sindicatos.



Collor e Magri precipitam-se em risos. O movimento sindical deve pôr fim a essa alegria.

Classe — Como você vê o desempenho da CUT diante das propostas de enlace do governo?

Barroso — Após a mobilização do dia 12 de junho, afirmamos nesse jornal estar a CUT caminhando "no fio da navalha". Não foi a toa. A corrente majoritária da CUT vem se definindo desde o começo do ano "em seminários, cursos, avaliações etc" por uma

nova orientação política. Esta nova orientação tem por base o postulado: "a fase da 'grevilha' já passou. E a CUT deve superar sua atuação reativa/reivindicativa, passando a uma fase de afirmação/proposição", dizem os documentos da Central.

Esse palavreado esconde uma concepção que estabelece para o atual período a negociação como regra. Argumenta que isto facilita a ocupação

de espaços, e a necessidade de elaboração de contra-propostas".

Por isso, a executiva nacional da CUT já esteve em Brasília com o governo Collor, por três vezes, sem nenhuma justificativa importante.

Acrescente-se ainda que, recentemente, o companheiro Irasson Cordeiro, presidente da CUT, assinou um

documento, juntamente com os membros da tal PNBE, que, entre outras coisas, defende a "internacionalização da economia brasileira."

A Corrente Sindical Classista se manifesta abertamente contrária a tais entendimentos com o governo Collor, enquanto vigorar essa política de brutal arrocho salarial, desemprego em massa, privatização de empresas estatais, perseguição sistemática ao funcionalismo público, recessão, fome e miséria para as massas, enquanto enriquecem, cada vez mais, os capitalistas monopolistas e os banqueiros. O governo Collor é antioperário e antinacional por excelência.

Consideramos que uma participação da executiva da CUT em mais essa evidente manobra do governo Collor, quer ela se chame "pacto" ou "entendimento", é um flagrante desrespeito à luta do povo brasileiro, na atual situação política do país.

Classe — Se a Central está desfocada nesse episódio, qual é o caminho apontado pelos classistas?

Barroso — O lugar da CUT é na trincheira de luta dos operários e assalariados, nas greves e manifestações, é combater decididamente pelo desmascaramento do governo. E não nos gabinetes de Brasília, a pretexto de participar de "comissões temáticas" de um "Comitê Central do Pacto", ou coisa que o valha. Ao agir assim, a executiva da Central envereda pelo caminho da colaboração de classe, faz o jogo dos patrões e do governo.

Classe — E a edição da Medida Provisória 211? O governo diz que ela prova sua disposição para conversar, já que contempla uma antiga reivindicação de sindicalistas.

Barroso — Considero a Medida Provisória 211, encaminhada pelo ministro do capital, Antonio Magri (que entre outras coisas extingue o imposto sindical), objetiva o enfraquecimento da organização sindical, especialmente dos sindicatos médios e pequenos. É mais uma MP inconstitucional, pois não houve regulamentação do artigo oitavo da Constituição que considera administrável pelos sindicatos a contribuição sindical. A proposta de extinção do imposto, vinda exatamente agora e em um momento de crise da organização movimento sindical brasileiro.

Ossadas revelam crimes da ditadura em São Paulo

Foi descoberta em São Paulo, no dia 4 de setembro, no cemitério D. Bosco, localizado em Perus, a 35 km do centro da capital, uma vala comum contendo cerca de 1.500 ossadas. Segundo os registros oficiais do cemitério são "ossos de mendigos sem família, mortos na década de 70." Mas há muitos indícios de que entre as ossadas há muitas de vítimas do regime militar, presos políticos tidos até hoje como desaparecidos.

O administrador do cemitério, Antonio Pires Eustáquio, contou à imprensa que algumas ossadas ainda traziam marca-passos de metal e plástico, arcadas dentárias com incrustações em ouro e platina. Ele conta ainda que alguns crânios evidenciavam perfurações à bala.

O vereador Vital Nelasco, do PCdoB, que foi ao cemitério verificar as ossadas, relatou que o administrador, que trabalha ali desde 1977, já desconfiava há muito tempo que havia algo de anormal na vala agora aberta. Antonio Perez revelou a Vital que ficava intrigado com as constantes visitas de familiares de vítimas da repressão que iam ao cemitério D. Bosco para saber quem estava ali enterrado, principalmente nas glebas 2 e 4, onde estavam sepultados muitos cadáveres sem identificação. Pires Eustáquio contou ainda que o cemitério era visitado por estranhos interessados em verificar os registros. Presume-se que fossem agentes policiais interessados em seqüestrar esses registros.

Fábio Bueno, diretor do Departamento dos Cemitérios de São Paulo na época da fundação do D. Bosco (março de 1971, quando Paulo Maluf era prefeito da cidade), confirmou que na década de 70 o cemitério era freqüentado por policiais. "Eu me lembro", disse, "que uma vez um delegado de polícia, cujo nome não recordo, foi pedir para que achássemos seu sobrinho. O menino era militante de esquerda. Estava desaparecido. O delegado está hoje aposentado, mora no interior de São Paulo. Nós acaba-



Vala clandestina em Perus. Ossadas de desaparecidos pela repressão

mos encontrando o rapaz enterrado no D. Bosco. Mandamos os ossos à família".

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que na opinião de Vital Nelasco tem revelado "coragem" neste episódio, visitou o cemitério D. Bosco acompanhada do secretário municipal de Negócios Jurídicos, Dalmo de Abreu Dallari, e declarou: "Vamos investigar isso até o final".

Não foi somente o "menino" a quem Fábio Bueno se refere que estava enterrado clandestinamente pelos órgãos de repressão no D. Bosco. Em abril de 1981, foram retirados do cemitério de Perus os ossos do membro do Comitê Central do PCdoB, Carlos Danielli, assassinado pela repressão em setembro de 1972 (veja box). Parentes de Flávio de Carvalho Medina e Frederico Medina, militantes da ANL, já tinham conhecimento de que as ossadas dos dois estavam em Perus. Familiares de Hiraoki Toriogi, Devanir José Carvalho e os irmãos Denis e Dimas Casemiro também estão informados de que as suas ossadas estão enterradas no D. Bosco. O reverendo Jaime Wright, colaborador na edição do livro sobre torturas e desaparecimentos de presos políticos "Brasil nunca mais", acredita que seu irmão Paulo Stuart Wright, assassina-

do pelos órgãos de segurança, também esteja enterrado no D. Bosco. Outras vítimas da repressão enterradas no D. Bosco foram Luiz Eurico Tejera Lisboa, Yuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Sônia Angel e Antonio Sérgio de Matos.

Agora, com a descoberta de 1.500 ossadas, finalmente os familiares de dezenas e dezenas de desaparecidos poderão vir a saber onde foram enterrados.

As entidades de direitos humanos de São Paulo e a Prefeitura Municipal querem acompanhar as investigações, a cargo de peritos da Universidade de Campinas, e estão preocupadas com a segurança do cemitério e dos livros de registro de óbitos. E solicitaram a participação nas investigações de entidades internacionais, como a Comissão Internacional de Juristas de Genebra (Suíça) e a Comissão de Juristas de Mônaco. Também os cemitérios do Lageado e de Vila Formosa serão investigados, pois há indícios de que neles foram enterradas vítimas da repressão. A Câmara Municipal de São Paulo instalou uma Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo vereador Júlio Cezar (PDT), da qual também faz parte o vereador do PCdoB Aldo Rebelo.

Perus é "colina dos mártires"

O membro da direção nacional do PCdoB, Ronald Freitas, conta que em abril de 1981 uma comitiva integrada por ele, João Amazonas, Luiz Eduardo Greenhalg e militantes do Partido Comunista do Brasil, depois de um exaustivo levantamento, conseguiu no cemitério D. Bosco identificar os restos mortais de Carlos Danielli, membro do CC do PCdoB, assassinado depois de sofrer torturas nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo.

Ronald Freitas disse que em conversa com funcionários do cemitério, a comis-

são que exumou os ossos de Danielli foi informada de que uma extensa área do D. Bosco tinha numerosas sepulturas de presos políticos dados como desaparecidos.

O dirigente do PCdoB lembra ainda que os restos mortais de Carlos Danielli foram trasladados para Niterói (Rio de Janeiro), sua cidade natal, onde foram depositados no cemitério do Maruí. "Ali foi feita uma cerimônia, singela mas emocionante", conta Freitas, "em homenagem a Danielli". Na ocasião o presidente nacional do

PCdoB fez um discurso, declarando entre outras coisas: "O cemitério de Perus, onde os torturadores enterraram tantos heróis, vai ficar conhecido pelo povo como a colina dos mártires. Vamos esclarecer cada um destes casos, não por revanchismo, como dizem os militares. Revanchismo é contra um homem apenas. É necessário punir os mandantes e os executores, e esclarecer para o povo quais instituições promoveram estas torturas e assassinatos. Isto educa e dá forças para o povo impedir que voltem a acontecer novamente coisas desse tipo".

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Teste prático das idéias socialistas

Rogério Lustosa*

* da direção nacional do PCdoB

Há seis meses que o governo Collor está em guerra aberta contra os descamisados. Seqüestrou suas poupanças, promoveu o maior arrocho de salários que se tem notícia, atirou milhares no desemprego, agrediu um sem número de vezes a Constituição para violar os direitos do povo. E agora, com a sucessão de fracassos de seus projetos, candidamente retoma a carcomida proposta de "pacto social".

Combate duro

Diante da furiosa investida autoritária, não é demais lembrar como as covardes concessões dos governos burgueses europeus e dos partidos reformistas social-democratas na Alemanha resultaram em alento para as ambições hitleristas.

Não se combate um inimigo tão audaz com afagos. De nada servem também bravatas incoseqüentes. Nesta altura do campeonato já se tem um resultado parcial de como foi danosa para o movimento popular a falta de unidade das correntes progressistas para a disputa eleitoral em curso. E também como o bom-mocismo dos centristas é completamente inútil.

Nestas duas semanas que restam para o pleito de três de outubro, os interesses maiores dos trabalhadores reclamam o máximo empenho. Colocar de lado diferenças menores entre as forças populares e botar, de fato, "o bloco nas ruas".

Toque de alarme

A campanha, para responder às necessidades do momento, tem que tomar a forma de toque de alarme. Denunciar implacavelmente cada crime collorido. Revelar como o carrasco do povo decreta um salário mínimo de seis mil cruzeiros e, novamente rasgando a Carta Magna, pretende forjar uma lei de greve que justifique a "convocação civil" — só praticada em caso de guerra — para sufocar o movimento reivindicatório.

Mostrar como a onda ditatorial avassala a justiça. A tal ponto que o TSE considera inelegível um governador que foi eleito, mas permite a candidatura do sr. Roriz, que igualmente exerceu o governo, com a única diferença que não foi eleito e sim nomeado.

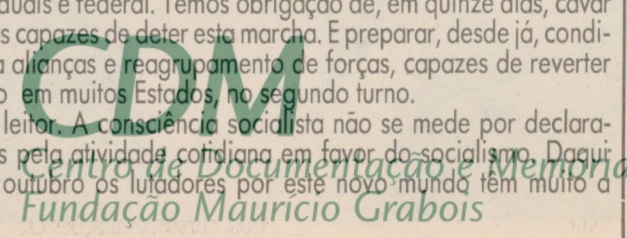
Discutir, portanto, política com os eleitores. Conclamar à resistência da oposição popular e, particularmente, ao voto nos comunistas como destacamento de esquerda mais coseqüente. Chamar os operários e trabalhadores conscientes a se incorporarem na reta final desta batalha.

Em suma, fazer das eleições um impulsionador do movimento de massas. Não permitir que o derrotismo de grupos pequeno-burgueses leve à capitulação antes do desfecho da luta. Ajudar a educar milhares de novos combatentes com a visão revolucionária do proletariado. Defender os interesses populares nestas duas semanas, no dia da votação e na fiscalização da apuração, entendendo que esta é apenas uma parte e um episódio de uma luta maior. Importante, porque acumula forças para depois.

Brecar a direita

No momento, Collor ainda está na ofensiva. E ameaça assaltar postos importantes em governos estaduais. E, em decorrência, nos legislativos estaduais e federal. Temos obrigação de, em quinze dias, cavar trincheiras capazes de deter esta marcha. E preparar, desde já, condições para alianças e reagrupamento de forças, capazes de reverter a situação em muitos Estados, no segundo turno.

Amigo leitor. A consciência socialista não se mede por declarações, mas pela atividade cotidiana em favor do socialismo. Daqui até 3 de outubro os lutadores por este novo mundo têm muito a fazer.



"A intromissão dos EUA no Golfo Pérsico é intolerável"

Em um momento em que se agrava o conflito na região do Golfo Pérsico-Arábico, o posicionamento dos palestinos, das suas lideranças e em especial da OLP tem um significado especial. A comunidade palestino-brasileira é razoavelmente grande. Ela se organiza através das Sociedades Árabe-Palestino-Brasileiras, existentes em vários Estados do país. A grande maioria dos palestinos e seus descendentes que vivem hoje no Brasil acompanha com uma atenção especial os desdobramentos dos episódios no Golfo. Para aprofundarmos ainda mais a discussão e o debate sobre o conflito e prestarmos um serviço aos nossos leitores, *A Classe* entrevistou o professor *Hasan El Emleh*, palestino nascido em Hebron, residente no Brasil há mais de 30 anos. O professor Hasan é fundador da Sociedade Árabe-Palestino-Brasileira de São Paulo, uma das maiores do país e hoje ocupa o cargo de membro do Conselho Nacional Palestino — CNP, que é o órgão máximo de poder e de deliberação dos palestinos e da OLP em todo o mundo. É considerado o Parlamento Palestino no Exílio. Assim, *Hasan* é também deputado palestino, além de

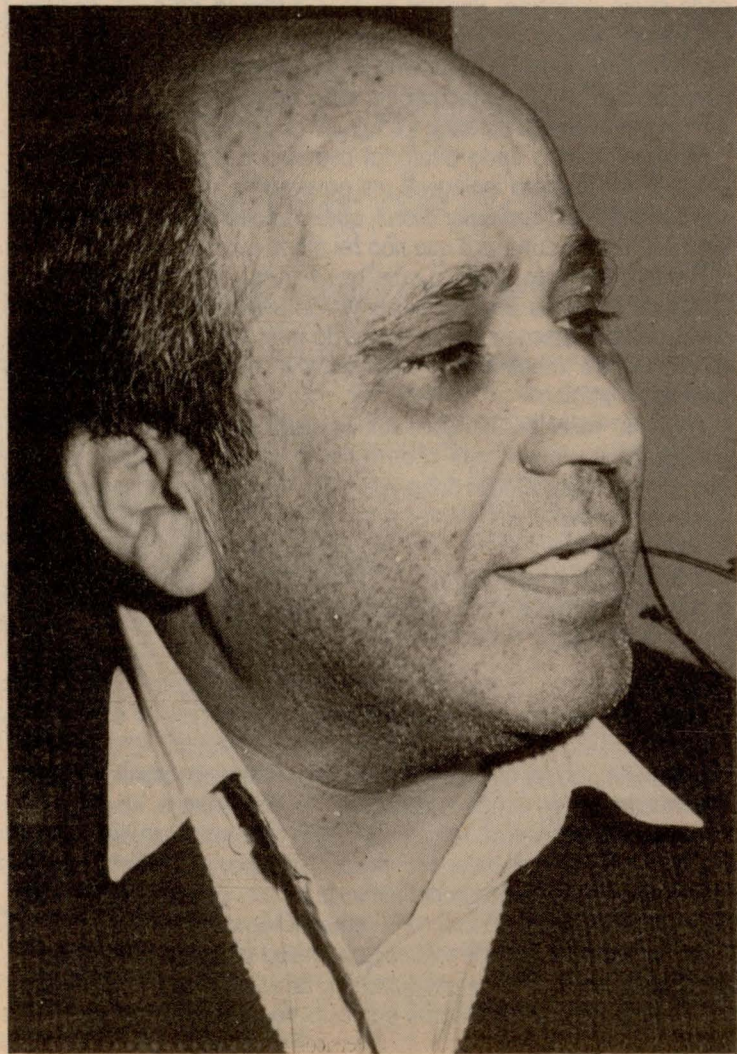
influente líder na comunidade palestino-brasileira de São Paulo e do país. A entrevista foi concedida ao jornalista *Umberto Martins* e ao sociólogo *Lejeune Mato Grosso de Carvalho*.

Classe: Como você vê a posição da OLP sobre o conflito no Golfo Pérsico?

Hasan: A OLP é contra qualquer ocupação de um país árabe por outro. Não estamos de acordo com qualquer potência que utilize tal meio, mas nós acreditamos que o problema do Kweit é um problema do povo árabe, que tem de ser resolvido pelos países árabes e não tem o que justifique a intromissão de uma potência estrangeira nesse assunto.

Classe: Quais, na sua opinião, os interesses do imperialismo norte-americano em jogo no conflito?

Hasan: Evidentemente, os Estados Unidos querem continuar mantendo o controle do petróleo, que eles têm chupado de graça. Querem perpetuar este privilégio de levar as riquezas da região de graça, querem impor as condições de Israel, querem acabar com qualquer regime árabe forte a fim de manter seu domínio.



Para mim, os Estados Unidos têm trabalhado contra os aliados deles, contrariam por exemplo o Japão, que está precisando urgentemente de petróleo árabe, e também a Europa, que fica exposta a um colapso econômico. Então, eles estão agindo em interesse próprio contra os árabes e também contra os aliados ou os que eles dizem que são aliados.

Classe: Outras potências, então, também estão sendo prejudicadas?

Hasan: Nós todos sabemos que, agora, o que manda no mundo é o econômico. Os Estados Unidos podem enfraquecer as outras potências, que estão sentindo os perigos econômicos do conflito, e desta forma permanecerem como primeira potência que domina o mundo e desenha o mapa do mundo de acordo com os seus interesses. Os japoneses, por exemplo, que têm uma grande dependência do petróleo, precisando importar 90% do que consomem, e os europeus, que também necessitam fazer grandes importações do óleo, estão evidentemente sendo prejudicados pelos EUA.

Classe: Qual a força do nacionalismo árabe?

Hasan: O pan-arabismo começou na década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, tendo por objetivo melhorar a situação do povo árabe e incluindo correntes, como o Partido Socialista Árabe — o Baas —, que propõem a realização deste ideal através da união árabe, do socialismo árabe e da liberdade para o povo árabe. Na região, há países, como a Arábia Saudita, cujos governos acabam se colocando contra a união dos árabes.

Classe: Qual o papel desempenhado por esses governos, da Arábia

Saudita e do Kweit, e também dos demais que firmaram alianças com os Estados Unidos e a Inglaterra?

Hasan: Os interesses do governante da Arábia Saudita, do rei, sempre estão com o imperialismo, dado que governa o país a partir de interesses familiares, sem compromissos com o povo, sempre liga seu destino ao do imperialismo e no presente caso ao do imperialismo norte-americano. O Egito, maior país árabe em população, infelizmente está envolto em tantas contradições e dependência econômica que fica subordinado às potências. O Anuar Sadat (ex-presidente do Egito), quando desenvolveu a política de aproximação com o Ocidente, não negociou muito. Ele se entregou ao americano, e assim também uniu seu destino aos EUA. É um país pobre, agora conseguiu a promessa de perdão da dívida externa, feita pelos norte-americanos, mas acredito que eles precisam muito mais que isto.

Classe: E a Síria, cujos dirigentes se dizem membros do Partido Socialista Árabe — o Baas?

Hasan: Na Síria existe o partido do governo, mas não ocorreu ali um governo que se originasse do partido. Formaram um partido só para servir aos interesses do governo. A Síria também está passando por uma crise econômica fortíssima e sempre chantageou os países exportadores de petróleo para tirar dinheiro deles alegando que era nacionalista. De resto uma alegação mentirosa, falsa. Para mim, quem governa a Síria é uma seita religiosa que se chama alanita, distinta dos sunitas, que se aliou aos Estados Unidos pensando que pode tirar proveito daí. Não se trata de alguns problemas pessoais, mas não

só. O Assad (atual presidente da Síria) quer assegurar que quem governa a Síria é ele, deixar os sunitas de cabeça baixa e, agora, tirou a máscara, mostrou a cara que tem. Agora colocou soldados ao lado das tropas do imperialismo americano e eu penso que o povo da Síria não vai aceitar esta situação, não vai deixar que seus filhos lutem ao lado dos americanos, e conseqüentemente a favor de Israel, contra os interesses árabes, nunca.

Classe: Como você avalia os resultados da reunião de cúpula realizada em Helsinque entre Bush e Gorbachev, e em particular a posição da União Soviética no conflito?

Hasan: Até agora não está claro, mas eu acho que a União Soviética está fazendo um papel hipócrita, cínico. Ela dá uma carta branca aos americanos para que eles façam o que desejam, ferindo até as resoluções das Nações Unidas, que não admitem que uma potência estrangeira dirija, à sua maneira, as sanções contra o Iraque, que teriam de ser dirigidas pela ONU. Hipocritamente estão dizendo que não aceitam a solução militar. Mas como não aceitam a solução militar? Por que não se colocam contra a ação dos Estados Unidos? Quem deu aos Estados Unidos o direito de usarem armas? Por que a União Soviética, com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, não votou contra e nem levanta o problema da agressão norte-americana ao povo árabe e ao Oriente Médio? Por que foi a favor de resoluções que interessam sobretudo aos EUA? E, agora, com o Líbano e a Síria, como se, hoje, no conflito, o maior agressor fosse o Líbano e não o Iraque.



sor não fosse o imperialismo norte-americano.

Classe: Como entra a religião neste conflito?

Hasan: Sempre existiu uma rivalidade neste campo. A Europa foi ameaçada pela religião islâmica duas vezes. No século VIII, quando a Espanha quase foi ocupada. E também no ano de 1453 quando os turcos ocuparam Constantinopla, entraram nos países balcânicos. Então existia, e sempre existiu, essa rivalidade entre Europa e o Oriente, o que originou inclusive a guerra das cruzadas, quando a Europa quis ocupar o Médio Oriente, até ocupou a grande Síria, incluindo Palestina, Líbano e Síria, e formou ali quatro governos e dominou durante quase 200 anos. Assim, sempre existiu tal rivalidade com a Europa. A civilização árabe e a civilização islâmica têm um ponto importante na história, porque receberam as civilizações antigas, como a grega, a romana e a egípcia, adquiriram seus conhecimentos e não só os conservaram como os aumentaram, agregando grandes conquistas à civilização, elevando o conhecimento e as capacidades da humanidade à época. Infelizmente, quando você estuda nas escolas européias, nunca se menciona a existência nem as contribuições da civilização islâmica. Este fenômeno é produto dos problemas entre europeus cristãos e muçulmanos. Eles, com sua propaganda religiosa, estão acentuando o problema, aumentando o fanatismo no Egito, Líbano, Kweit, Iraque, Arábia, Síria.

Classe: Como os muçulmanos estão reagindo a esta presença de forças militares de uma potência estrangeira em países árabes?

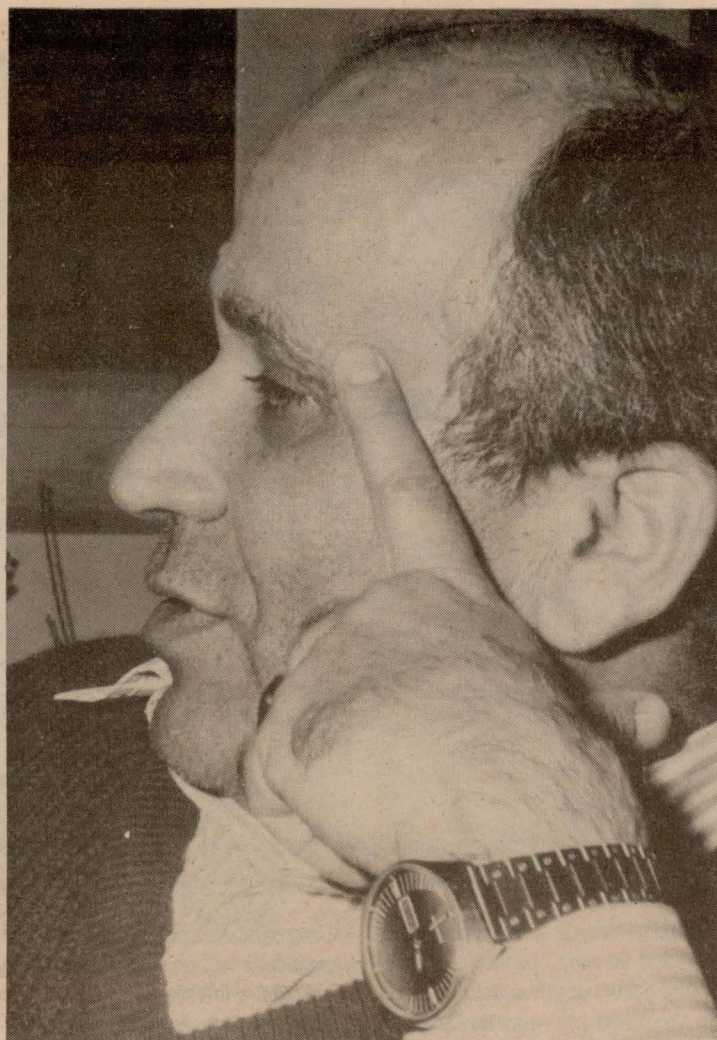
Hasan: Os povos árabe e islâmico são contra, embora regimes como o da Arábia Saudita e outros favoreçam esta situação. Isto porque o povo sente os perigos de um novo colonialismo norte-americano. Hoje mesmo (11/9) eu estava conversando com um cristão maronita libanês, que nós tomávamos como fanático de direita. Ao contrário, ele estava contando que todos os cristãos do Líbano são a favor do Iraque, porque sentem o perigo de uma potência que quer ocupar a região. Todos, segundo ele mais de 90% dos cristãos libaneses, estão a favor de Hussein, não porque apoiam sua política, ou a anexação do Kweit, mas porque sentem um perigo maior, que é o imperialismo norte-americano, que quer acabar com o mundo árabe.

Classe: Como você vê a possibilidade da guerra hoje?

Hasan: Ela existe, mas eu acho maior a possibilidade de que não ocorra. Se os americanos sentissem o preço (da guerra) baixo já teriam desencadeado a guerra, mas eles estão sentindo que o preço vai ser alto e provavelmente vão sair prejudicados, pois terão todo o mundo árabe contra eles.

Classe: E Israel, não está defendendo a solução militar?

Hasan: A melhor solução para Israel



sempre foi a militar, porque Israel sempre cresceu com a guerra, nunca na paz. Então, Israel tem interesse nisto. Sozinho, teme

acabar com a potência militar que se chama Iraque, mas com a ajuda das potências estrangeiras acha que isto não é difícil.

Helsinque: Gorbachev nega, mas pratica a diplomacia do dólar

Uma diplomacia movida a dólares. Eis o espetáculo que a URSS nos oferece nesta crise do Golfo Pérsico. Embora, como seria de esperar, Gorbachev tenha negado tal vinculação de forma explícita ("não fomos comprados por um punhado de dólares", afirmou na Finlândia) e, em parte, possa ter razão, uma vez que no novo quadro conta também o peso do marco alemão, a verdade é que o encontro de Helsinque entre os líderes soviético e norte-americano não poderia ter deixado mais explícita a hipocrisia da URSS e sua posição quase abertamente pró-americana.

Na seqüência, é bom que se lembre, a União Soviética acabou de acertar com a Alemanha o preço da reunificação, implicando só para garantir a retirada de tropas soviéticas da Alemanha Oriental em US\$ 7,5 bilhões em empréstimos e doações alemãs à combatida economia administrada por Gorbachev.

Na reunião de Helsinque, em que pesem as divergências entre URSS e EUA sobre o conflito no Golfo Pérsico, a ênfase foi sobre o espetáculo de "harmonia" e "aliança" entre as

duas superpotências acerca do conflito. A nota divulgada pelos dois presidentes, Bush e Gorbachev, é marcada pela visão unilateral, e anti-Iraque, da crise, em cima de um "pacífico" e lucrativo "consenso" entre as potências imperialistas.

Embora apele para uma solução pacífica do conflito, a nota caracteriza-se, sobretudo, pela condenação unilateral do Iraque, a quem se pede, "mais uma vez", para se "retirar incondicionalmente do Kweit", possibilitando a restauração "do governo legítimo" (a corrupta monarquia kweitiana).

Entretanto, nada se fala sobre a preparação da guerra na região, que objetivamente vem sendo efetivada pelos Estados Unidos, assim como a ocupação de territórios árabes por tropas norte-americanas e britânicas. É como se tal violência praticada pelo imperialismo fosse fundamentada nos mais elementares princípios do direito internacional, nada contivesse em si que pudesse ser classificado como agressivo, quando na verdade agride até mesmo as resoluções da ONU e constitui uma agressão unilateral do

imperialismo ianque aos árabes e aos povos do Oriente Médio.

Na etapa final da restauração capitalista na URSS, a face da diplomacia soviética — se é que ainda se pode usar tal termo para um país virtualmente desagregado em várias repúblicas nacionais autônomas, onde cada uma busca a completa independência — transparece claramente como capitalista. Gorbachev procura reintegrar plenamente a (cada dia mais ex) superpotência à lógica do imperialismo, negociando seu papel na chamada "nova ordem internacional" — e negociando por dólares e marcos da Alemanha. Trocam-se os velhos princípios por novos, orientados de forma mais explícita pelas necessidades decorrentes da completa reestruturação capitalista. Um negócio saudado pela grande imprensa como belo exemplo de pragmatismo. E temperado com muita hipocrisia.

Os Estados Unidos, por seu turno, ao mesmo tempo em que conseguiram tal "show" de "unidade", em que colocaram, em certa medida, a URSS como um garoto-propaganda de seus objetivos no Golfo Pérsico, continuam pressionando a Europa e o Ja-

pão para que financiem os custos do conflito e da provável guerra contra o Iraque. A Câmara dos Deputados discute sanções contra o Japão, entre elas uma emenda que exige do país arcar com o custo total das despesas de manutenção das forças norte-americanas em território japonês; outra propõe uma taxa alfandegária extra de 20% sobre produtos de países que não contribuíram "o suficiente" para a mobilização militar dos EUA no Golfo — neste caso, principalmente o Japão. São chantagens, às quais, em certa medida, Japão e Alemanha não deixam de ceder, mas que na verdade devem ter por efeito o futuro rearmamento dos dois países.

Por seu lado, o Iraque reatou relações diplomáticas com o Irã, cujo presidente anunciou que a presença militar norte-americana no Golfo Pérsico "é intolerável". O governo iraniano também garantiu o envio de alimentos e remédios para o Iraque, conforme suas possibilidades, uma decisão que traz novos horizontes ao conflito no Golfo Pérsico e significa um profundo golpe na estratégia diplomática do imperialismo.

Classe: Os Estados Unidos acham, contudo, que a única saída aceitável para eles é a retirada do Iraque do Kweit e inclusive a recomposição da monarquia que governava o país até a anexação. O Iraque, por seu turno, não parece disposto a isto.

Hasan: Aparentemente é isto, mas no fundo me parece que eles estão estudando outras alternativas. Acho que eles não têm tanto apreço assim pela família real do Kweit. Se engana quem pensa que eles (EUA) vão defender a monarquia com unhas e dentes, afinal ela também é um peso incômodo para os americanos. Eles falam em defender a democracia e a liberdade e não fica bem defender uma família de príncipes corruptos, que aplicou cerca de 200 bilhões de dólares no exterior e somente um príncipe possui entre 16 a 60 bilhões de dólares, segundo diferentes fontes, investidos em seu nome no exterior. Então, é provável que os EUA aceitem uma solução diferente, até mesmo uma eleição. Segundo, me parece que há um acordo quanto a que o Iraque mereça uma saída para o mar e até os americanos estão aceitando isto, o que implica uma negociação na questão do Kweit. Ao lado de tudo isto, a solução implicaria em que uma força militar árabe passe a ocupar a área em conflito no lugar dos iraquianos até que o Kweit escolha um novo governo. Estes pontos, ao lado de concessões ao Iraque — mesmo o perdão da dívida com o Kweit e empréstimos para fazer frente às atuais dificuldades do país — poderão ser aceitos pelos EUA, evitando-se assim a guerra.

Classe: Cresce a proposta de convocação de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio. Há várias posições sobre o seu caráter, o que você acha a respeito?

Hasan: Parece que o plano, apresentado por Gorbachev, consistiria, primeiro, em resolver a questão do Iraque e Kweit, depois a questão palestina e, em terceiro lugar, o problema do Líbano. O mundo árabe não quer este tipo de cronograma, mas propõe uma agenda que resolva imediatamente, e em conjunto, todas essas questões. Estamos fartos de promessas que são feitas e não são honradas. Nós gostaríamos de uma conferência internacional, mas que resolva todos os problemas, inclusive e basicamente o dos territórios palestinos ocupados. Quem está contra isso? Os americanos e Israel. Se há de fato interesse na paz é preciso resolver tais problemas. Qual a razão pela qual a resolução 242 das Nações Unidas, de 1967, não é até hoje respeitada? Até a Europa deseja uma solução nesse sentido, mas os Estados Unidos bloqueiam. A resposta norte-americana sempre foi "ou é o que Israel diz ou não é nada, vocês que aceitem". No fundo, foi isto que originou a crise atual.

Classe: Mesmo depois de solucionado o conflito, os Estados Unidos tendem a deixar suas tropas estacionadas na região, como você vê isto?

Hasan: Os árabes não aceitam tal presença e uma conferência internacional, se for feita, quando não vier a presença militar norte-americana no Golfo Pérsico.

UBES faz congresso vitorioso

Clóves Geraldo*

Fotos: Jaílton Garcia/Fóton

Com a participação de 804 delegados, a UBES encerrou no dia 09 de setembro último, no ginásio do DED, em Vitória, Espírito Santo, o congresso mais representativo de sua história. Segundo a nova presidente da entidade, Leila Márcia Silva Santos, 20 anos, ele marca o fim de um ciclo histórico. "Este congresso nos permitiu", explica, "localizar os problemas organizativos dos estudantes e suas principais bandeiras de luta".

O clima de êxito do evento já era demonstrado pela realização de 24 congressos estaduais preparatórios que conseguiram reunir cerca de sete mil delegados. Isto permitiu a participação dos 804 delegados eleitos em seus estados e de mais de 700 observadores, num total de 1.504 estudantes. Diversas lideranças políticas, sindicais e populares (veja box a respeito) estiveram presentes à abertura do congresso da UBES na quinta-feira, dia 06 de setembro passado.

No dia 07 de setembro pela manhã os estudantes saíram do ginásio do DED em passeata até a Praça Oito, principal local de concentração popular de Vitória, onde estava sendo realizado o desfile tradicional da independência com a presença de diversas autoridades. O então presidente da UBES, Manoel Rangel, ocupou o microfone e disse que os estudantes "saem às ruas para denunciar a falsa independência do país que se comemora neste dia e as atitudes reacionárias do governo Collor que somente atendem aos interesses das multinacionais e do FMI". Foi aplaudido pela massa presente.

À tarde, no ginásio do DED, os delegados se reuniram para discutir o caos em que se encontra a escola pública brasileira



Manifestação no desfile de 7 de setembro: a UBES denuncia o entreguismo de Collor

e a necessidade de se aglutinar o povo em defesa do ensino público e gratuito, contra a política de privatização da educação executadas pelo governo Collor de Mello. Nas discussões ficou patente a necessidade de os estudantes se organizarem para derrubar a Medida Provisória 207, que estabelece a livre negociação das mensalidades.

De acordo com Fernando Lopes Borges, eleito tesoureiro da UBES, o governo Collor busca com a MP 207 criar o caos nas escolas pagas para o governo liberar as mensalidades. Mas foi no sábado que as discussões foram mais abrangentes, tendo como temário a conjuntura política nacio-

nal e internacional, pela manhã; e à tarde, a organização do movimento estudantil secundarista e juventude.

No último ponto de pauta, questões polêmicas, como o mandato de dois anos para as diretorias agora eleitas e as subseqüentes e a forma de eleição dos delegados nos congressos estaduais provocaram acirradas discussões. Fernando Borges explica que a ampliação do mandato foi decidida no final, porque a UBES tem um plano de luta que é tirado no congresso e o mandato de um ano impossibilita executar tudo o que foi tirado.

Na sua opinião, "a UBES tem de realizar seu congresso nacional, para democrati-

zar o movimento estudantil e discutir e organizar sua luta". E os dois anos de mandato facilitaram as atividades da UBES, sob 2 aspectos, conforme explicações da presidente eleita, Leila Santos: "Primeiro porque fortalece a organização de base, pois podemos passar todo o programa para elas. Segundo, permite orientar a ação, mesmo se dando prioridade a alguns estados, acompanhando suas lutas e fazendo com que os estudantes conheçam a essência da proposta política da entidade".

A polêmica cresceu no grupo dois com a discussão sobre a organização secundarista. Algumas tendências trotsquistas inviabilizaram a continuidade das discus-

sões. "Eles agem de uma forma raivosa", diz Fernando, "entendem que congresso é sinônimo de comício, onde alguns declamam chavões e a grande maioria não consegue participar da discussão a contento. Democracia, ao contrário, é você garantir congressos representativos, com os delegados aprofundando as discussões e participando das decisões".

Mas os trotsquistas foram derrotados em sua pretensão. Desde o início havia a participação maciça de 437 delegados ligados à UJS, sendo que o PT aglutinava cerca de 270. Já o PCB polarizava 50, mesma quantidade do chamado "bloco" (PSB, PDT, independentes). No último dia do congresso, formada a chapa "sem medo de ser feliz" pela UJS e independentes, esta obteve 460 votos, a do PT 253 e a do PCB 76.

Na opinião de Leila Santos, o congresso da UBES "foi vitorioso porque conseguiu tirar uma posição contra o governo Collor e garantir a participação da UBES no processo eleitoral com denúncia dos candidatos que apoiam Collor em seus estados. Este congresso apontou também o nosso caminho que é o movimento de massas. Nós devemos criar mecanismos que levem à luta dos estudantes, colocando como prioridade a ação".

Entre as bandeiras de lutas da UBES para os próximos dois anos, figuram: preocupação com a situação concreta da educação no Brasil; levantamento da escola pública no país; democratização das verbas e dos currículos escolares; derrubada da Medida Provisória 207, que estabelece a livre negociação das mensalidades escolares entre pais, alunos e donos de escolas.

*Correspondente em Vitória

Respaldo da sociedade

Na abertura do congresso, forças progressistas declaram apoio a UBES e fazem apelos seguidos à unidade popular

"A unidade da oposição é a saída para o país", disse em seu discurso na abertura do congresso da UBES, no dia 6 de setembro último, no ginásio do DED, o candidato ao governo do Espírito Santo pela Frente Democrática Progressista (PDT, PCdoB, PSB, PTB), Albuíno Azeredo. Segundo Albuíno, "Collor jogou a democracia para o alto e faz lembrar os tempos da ditadura militar. Ele leva o país para o abismo com sua política de arrocho salarial e venda do patrimônio do povo".

A eleição de Collor, na sua opinião, rompeu a unidade do povo. "Mas devemos fortalecer a democracia, porque o caminho a que Collor está nos levando é o da destruição da democracia", afirmou.

A busca da unidade foi o tom da maioria dos discursos. O depu-

tado estadual e candidato à reeleição, João Martins, explicou em sua intervenção em nome do PCdoB que a vida tem mostrado ao povo que a unidade é o caminho da democracia. "Mas não é um caminho fácil. Esse governo quer entregar mais ainda o país às multinacionais. Devemos buscar a unidade popular, pois só com ela o povo vai derrotar os responsáveis por esta política nociva ao desenvolvimento econômico, cultural e científico de nosso país".

A política entreguista do governo Collor também foi abordada pelo representante da UJS, Romário Maia. "Collor jura defender a Amazônia, mas entrega nosso patrimônio aos estrangeiros. Devemos lutar pela independência popular a serviço do povo e da juventude".

Também presente ao congresso, o reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, Rômulo Penina, defendeu a luta pelo ensino público e gratuito. "É importante haver a unidade dos estudantes para lutar contra a tentativa de acabar com o ensino público, como está sendo feito agora no país".

O congresso da UBES teve ainda em sua abertura a presença do prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, do secretário estadual da Educação, José Eugênio Vieira, do representante do governador Max Mauro, o secretário do Meio-Ambiente Almir Bressan, do candidato ao Senado pela Frente Democrática Progressista, Renato Soares, do presidente regional do PCdoB, Iran Caetano, e de representantes da CUT, da CSC, da UNE, da UMES, do PT, do PCB e de outras entidades sindicais e populares. (C.G.)



Um congresso com muita animação, mas não um comício. A tentativa foi de privilegiar discussões em grupo.

Um sindicato a serviço da luta

Uma vitória esmagadora do sindicalismo classista marcou a eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (RS), nos dias 29, 30 e 31 de agosto. Foram 5.207 votos da Chapa Um — Democracia e Luta — encabeçada pelo atual presidente José Altamiro Paim, contra 2.252 votos dados à chapa opositora. A Chapa Um reuniu as forças políticas da atual diretoria (PCdoB, PDT e PT), com o objetivo de derrotar a direita e os pelegos que se articularam para tomar conta do sindicato. Escancaradamente patronal, a Chapa Dois recebeu auxílio dos empresários das mais diversas formas. Alguns de seus integrantes chegaram a ser liberados de suas funções dentro das fábricas até quatro meses antes da eleição para formar a chapa. Evidentemente que essa liberação foi devidamente remunerada.

A mesma firmeza

Felizmente, os operários não se deixaram enganar com a falácia da direita e votaram de forma massiva na Chapa Um. A combatividade do sindicato foi demonstrada, mais uma vez, durante a greve de 10 dias da categoria, em junho, quando a direção da entidade não se dobrou para os patrões que queriam e querem forçar um dissídio com índices abaixo da inflação.

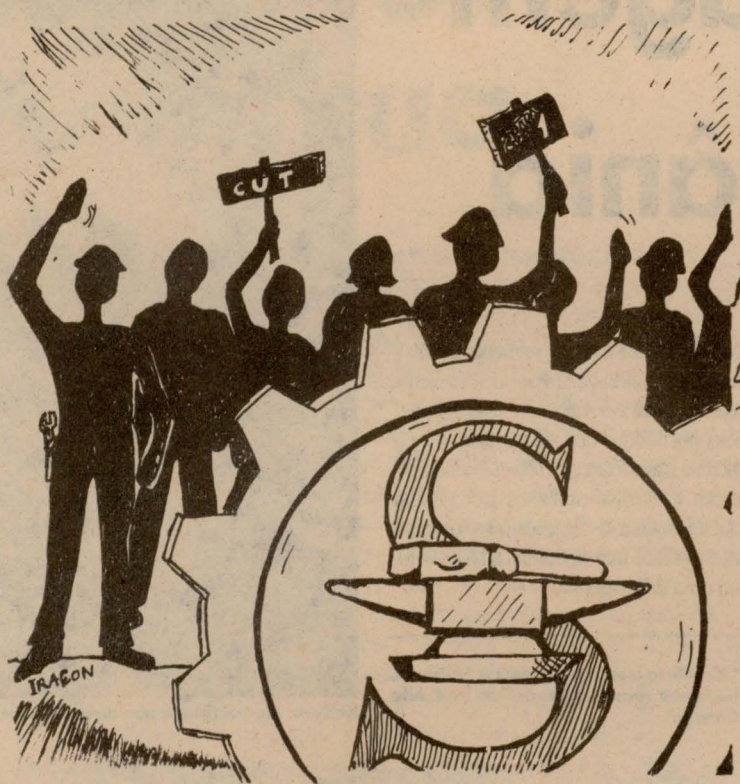
A mesma firmeza foi demonstrada quando os empresários, a mando do governo Collor — que eles elegeram — queriam reduzir salários e jornada de trabalho. Essas e outras lutas políticas encaminhadas juntamente com a categoria colaboraram para a elevação da consciência dos trabalhadores, culminando com a vitória do sindicalismo avançado, democrático e classista.

Mudança estrutural

A vitória do sindicalismo classista também foi marcada por profundas e avançadas mudanças na estrutura da entidade, que jogaram no lixo o velho estatuto da ditadura militar, fazendo um novo, democrático e classista. O estatuto foi amplamente debatido no congresso dos metalúrgicos, realizado em julho. Além de democratizar o sindicato, o estatuto ampliou a direção da entidade, constituindo o conselho deliberativo integrado pela executiva com 15 membros, nove departamentos com 17 pessoas, sendo que o coordenador de cada órgão integra a executiva. Participam ainda seis elementos do Conselho Fiscal e quatro representantes do sindicato junto à federação da categoria, totalizando 169 pessoas. Outra novidade é a constituição do Conselho de Representantes, composto pelo Conselho Deliberativo mais os delegados representantes de fábricas com cerca de 200 trabalhadores, que serão eleitos pelos companheiros da empresa, conforme o estatuto. Também determina que em cada município da base territorial ou subsele, haverá um coordenador eleito pelos trabalhadores da área de abrangência.

Liberdade e autonomia

O sindicato valorizou ao máximo a conquista democrática da liberdade e autono-



mia sindical, como resultado de mais de 50 anos de lutas. Tudo isso custou a vida de valorosos combatentes da classe operária. Milhares de trabalhadores tiveram seus direitos sindicais e mandatos cassados. Foram imposições sucessivas dos patrões e seus governos ditatoriais para manter a velha estrutura sindical corporativista e reacionária. Por isso, a liberdade, ainda que limitada, tem muito valor na luta dos operários. Ela facilita a unidade e democracia, fortalecendo a ação sindical.

Tais mudanças poderão constituir-se numa poderosa alavanca para as conquistas das comissões de fábricas e dos delega-

dos sindicais. O estatuto também amplia o número de trabalhadores com estabilidade e cria possibilidades concretas para a organização da categoria e, conseqüentemente, o enraizamento do sindicato na base. O feito produzido pelos metalúrgicos de Caxias significa uma novidade no sindicalismo do Rio Grande do Sul. É um avanço na abordagem do problema, a partir da nova Constituição. A perspectiva é a construção de um sindicalismo unitário, combativo e classista, rompendo com o imobilismo, além de combater o peleguismo, o sindicalismo de resultados, serviço do governo Collor e da burguesia. (Jânio Medeiros, de Caxias do Sul)

Professores classistas dão uma lição de sucesso

Há festa no Sindicato dos Professores e Empregados no Ensino Municipal de São Paulo — Sinpeem. A nova diretoria, eleita no dia 31 de julho, é a primeira efetiva. Ela é composta por boa parte dos fundadores da entidade, que existe há dois anos, mas o motivo de alegria e orgulho da categoria é o fato de seu sindicato ter um passado de sucessos. A última gestão, conduzida por Cláudio Fonseca, agora reconduzido à presidência, conseguiu que o número de associados pulasse dos modestos 3.500 para 11 mil membros. O sindicato já possui uma sede própria com quadra de eventos em anexos e promoveu um congresso da categoria, em maio, que contou com a presença de

2.000 delegados.

Duas chapas disputaram o pleito, apurado no mesmo dia; a Chapa Um, Chapa da Categoria, da CSC da CUT, venceu com 2.917 votos contra os 1.770 da Chapa Dois, Unidade, Independência e Luta, ligada ao PSDB.

Haverá festa de posse da nova gestão no dia 13 de outubro, na Casa de Portugal, onde será comemorado o Dia do Professor e também serão lembradas as principais reivindicações da categoria, como a garantia do direito a 10 faltas abonadas e pagamento de piso salarial dos professores, com base no salário mínimo do Dieese, hoje valendo Cr\$ 50.150. A categoria pleiteia 1,5 SM-Dieese (Cr\$ 75.225 em agosto).

Questão de Ordem



Restrição ao direito de greve

Nivaldo Santana*

Entre as várias armadilhas reservadas aos trabalhadores na trama governista do "pacto social", uma já é tida como certa: o aumento das restrições ao direito de greve. O próprio ministro da Justiça, o trapalhão Bernardo Cabral, anunciou a intenção de incluir na pauta de discussão do "entendimento nacional" a proposta de mudança na lei de greve.

O objetivo do governo Collor é o de endurecer ainda mais no trato do movimentos paredistas, criando o instrumento legal da "convocação civil". Através desse recurso arbitrário, o governo poderia obrigar a trabalhar os funcionários em greve nos chamados setores essenciais. Na hipótese de recusa, o grevista seria enquadrado em crime de desobediência civil, podendo ser punido com multa e mesmo prisão.

Essa ofensiva contra o legítimo direito de greve dos trabalhadores, que está fixado na Constituição de outubro de 88 e foi uma vitória expressiva do movimento sindical, já havia sido tentada pelo ex-presidente José Sarney. Preocupado com o ascenso das lutas operárias, ele propôs em meados do ano passado, através também de medida provisória, instituir a convocação civil. Na oportunidade, os deputados e senadores cederam à pressão do sindicalismo e rejeitaram a manobra de Sarney. A lei de greve aprovada em 28 de junho de 89 pelo Congresso Nacional (7.783), e que está em vigor até hoje, não inclui esse mecanismo autoritário e inconstitucional apesar de prever alguns outros contrabandos.

Corde e pescoço

As propostas de "pacto social" e de mudanças na lei de greve fazem parte de uma mesma estratégia do governo Collor. Visam derrotar as lutas dos trabalhadores — ou, pelo menos, amainá-las — e enfraquecer o poder de pressão dos sindicatos. É a velha história do falso acordo, em que os que dominam e exploram entram com a corde e os que trabalham com o pescoço. Não dá para entender essas propostas isoladamente. Elas fazem parte de uma ofensiva maior das classes dominantes para impor seu projeto político e econômico neo-liberal, assassino!

Ambas aparecem num momento em que se avizinha uma crise política de maior envergadura. A própria ministra Zélia de Mello adiou seu casamento ao reconhecer recentemente que o governo tem dificuldades em reduzir a inflação a um dígito. Como contrapartida, ela não vacila em afirmar que a recessão será aprofundada, gerando aumento do desemprego e quebra de pequenas e médias empresas. Ao mesmo tempo, tirando de vez a máscara da defesa dos "descamisados", o governo fecha um acordo lesivo com o FMI e volta a pagar os juros da ilegítima dívida externa.

Diante desse quadro, mesmo os mais descrentes e vacilantes prevêem que há uma forte tendência à radicalização das lutas dos trabalhadores. O quebra-quebra na Ford, a ocupação de estações de energia elétrica, a resistência heróica na CSN de Volta Redonda, etc., indicam que a revolta dos assalariados é grande. Mesmo o governo fala, em tom terrorista, no tal "setembro negro". Daí as propostas de pacto e restrições à greve.

O movimento sindical não pode cair, como pato, nessas armadilhas. Não pode se curvar, de maneira pusilânime, diante dessa nova ofensiva das classes dominantes. A recente resposta de Jair Mengueli sobre a participação da CUT no "comitê central" do pacto social — "o sindicalismo não pode apenas dizer não; ele precisa aprender a também dizer sim" — não contribui para armar os trabalhadores nessa fase de confronto. Ela só confunde. O sindicalismo precisa dizer não a essas manobras, porque o sim significaria traição.

*Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Catish-SP e dirigente nacional do Corrente Sindical Classista.

Livro-reportagem sobre a Albânia

Luiz Manfredini*

Na miscelânea de equívocos, palpites e bobagens (e quanta manipulação interesseira) em que se transformou o debate teórico-ideológico a partir dos acontecimentos do Leste europeu, surge agora um viés de lucidez com o livro "O Bastião albanês", do jornalista Bernardo Joffily, que está sendo lançado pela Editora Alfa-Omega, de São Paulo.

O autor tem formação marxista e, além do mais, viveu na Albânia por cinco anos, na década de 70. Ainda assim, não se arriscou a uma interpretação da experiência albanesa de construção socialista sem antes tirar a prova dos nove. "Fui ver para crer", garante Joffily, que para tanto invocou o patrocínio de Galileu Galilei, o símbolo da confiança científica, e o de São Tomé, padroeiro da desconfiança e dos desconfiados. Disso resultou um texto em linguagem fluente, quase coloquial, unindo o rigor informativo e de análise à descontração capaz de produzir, por exemplo, um bem humorado capítulo a respeito das célebres cabras albanesas, tão prodigamente mencionadas pela propaganda burguesa para atacar o pequeno país balcânico.

"O Bastião albanês" não é livro para iniciados, tampouco ensaio teórico, até porque os próprios albaneses, e os marxistas-leninistas em geral, ainda não extrairam todas as conseqüências teóricas do que anda a viver o mundo neste tormentoso final de milênio. Mas é possível atingir, com a reportagem de Joffily, algo mais que a estrita problemática albanesa, já que seu *vistazo* sobre a atualidade da Albânia necessariamente induz à oportuna — ainda que sumária — reflexão sobre os complexos problemas que não raro acompanham a construção do socialismo.

O que se passa na Albânia — as famosas reformas com que a mídia burguesa procura demonstrar a "iminente" queda do "último reduto stalinista" — não são me-

ras providências de ocasião diante de pressões populares que nos demais países do Leste botaram abaixo os respectivos governos. São reformas — algumas delas com o sentido de flexão tática ou retificação, outras como respostas aos novos desafios do desenvolvimento da sociedade — formuladas e aplicadas com o objetivo de preservar e aperfeiçoar o socialismo, e não destruí-lo. O livro de Joffily aborda, com informações e análises que não são correntes no Brasil, importantes questões como, por exemplo, a democratização cada vez maior do país — uma obsessão dos albaneses que os levou a abrir aos trabalhadores as reuniões de base do PTA e a multiplicar os cargos eletivos, com votação secreta e apresentação de vários candidatos. Capítulo a capítulo são apresentados temas atualíssimos como as relações da Albânia com os EUA e URSS, os desafios do desenvolvimento intensivo, a remuneração segundo o trabalho, os investimentos estrangeiros, os passos rumo a novas concepções na economia política do socialismo e uma bela entrevista com o escritor Ismail Kadaré, onde ele afirma, entre outras coisas, que "os mediocres não têm culpa de sê-lo. Mas a inocência acaba quando tentam converter a mediocridade em norma".

"O Bastião albanês" demonstra que nada há de semelhante entre a tragédia do Leste europeu e os passos que a Albânia vem seguindo no fortalecimento do socialismo, a começar por esta diferença capital: a sociedade albanesa é socialista enquanto que nos demais países da Europa oriental o abandono do socialismo tem mais de 30 anos e, verdadeiramente, esse desvio está na origem dos acontecimentos atuais por aquelas bandas. Esta diferença é a que mais irrita a reação mundial. A julgar pelo que nos relata Joffily, a exasperação burguesa em relação à Albânia não cessará tão logo. Ele admite que, numa

correlação de forças visivelmente desfavorável no mundo atual para o socialismo, as dificuldades dos albaneses são grandes. Mas, por tudo o que viu, garante que "a Albânia não vai cair". "O Bastião albanês", enfim, é um livro indispensável a quem queira analisar os desafios do socialismo na atualidade fora da massificada (e facciosa) ótica da burguesia.

*Jornalista e escritor, autor de "Albânia, horizonte vermelho nos Balcãs", ed. Alfa Omega



Kadaré: mediocridade não deve ser norma



O autor visitou a universidade e entrevistou estudantes

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 300,00

Assinatura semestral: Cr\$ 600,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

PROMOÇÃO!!

A Classe Operária oferece a você, numa rara oportunidade, a coleção encardada dos números 01 a 40, em dois volumes, num preço bem camarada. Adquirir a sua, os números são limitados!

Preencha o cupom abaixo e envie junto cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda., Rua Adoniram Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318

QUERO RECEBER A COLEÇÃO ENCARDADA DO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA

- VOLUME I (nº 01 a 20) — Cr\$ 3.000,00
- VOLUME II (nº 21 a 40) — Cr\$ 3.000,00
- VOLUME I e II — Cr\$ 5.000,00

NOME:
ENDEREÇO:
CIDADE: ESTADO: CEP:
PROFISSÃO:
É ASSINANTE? Fundação Maurício Grabois

Polêmica: "arte expressa emoção e individualismo"

Na edição anterior, **A Classe Operária** publicou artigo, assinado pelo jornalista José Carlos Rui, intitulado: "Cinema, janela para os céus ou abertura para os homens?"

A matéria serviu para abrir uma grande polêmica. Tudo é cultura? O excesso da estética que caracterizou a arte dos anos 80, em especial o cinema, é um subterfúgio para justificar a ordem estabelecida? A arte é uma forma racional de conhecimento? Toda arte de conteúdo pessimista é reacionária? E, por fim, Casablanca é uma história banal de amor e guerra?

Primeiramente não se pode afirmar que a arte é uma forma racional do conhecimento. Ela também pode ser. Porém, toda forma de arte contém, inequivocamente, uma porcentagem muito maior de emoção, de subjetividade, de individualismo do artista, daquele que cria, que pode ou não ter uma mensagem coletiva.

Compreendo que a preocupação de Rui se refere muito mais às questões de fundo, filosóficas, do que à crítica pura e simples de três ou quatro filmes. Mas, de qualquer forma, a matéria tem um caráter conservador.

É certo que o esteticismo narcisista, levado às últimas conseqüências, que marcou a maioria das produções dos anos 80, em muitos casos cumpriu um papel reacionário e alienador. Assim tem feito a grande indústria cinematográfica americana; os incríveis efeitos especiais que ilustram as fracas histórias povoadas de super-heróis policiais ou um Indiana quase deus, exportando assim a sua imagem de salvadores do mundo.

Também é exemplo disso o filme "Nove e meia semanas de amor", em cartaz há vários anos em São Paulo, que é esteticamente lindo, mas extremamente reacionário.

Porém não se justifica a austera crítica de Rui a filmes como "Sociedade dos poetas mortos" e "Asas do desejo". Esses filmes em especial, belíssimos, são exceções gratificantes na pobre safra de filmes dos anos 80.

Inegavelmente, o filme de Peter

Weir tem um conteúdo liberal mas é uma apologia à poesia, a grandes poetas como Walt Whitman. Que tema, tão grande quanto a poesia, poderia motivar um bom diretor a mexer com a sensibilidade de milhares de espectadores em nossos dias?

Quanto à sua referência ao "Carpe Diem", só não se sensibiliza alguém tão exigente, que para ser feliz aqui e agora pensa milhares de vezes. O que não quer dizer que nos percamos do ontem ou que não nos animemos ainda mais com o amanhã.

A mensagem de Keating não é marxista, não é otimista, não é revolucionária, mas também aprendemos muito com ela.

Depois Rui faz suas ressalvas sobre "Asas do desejo", do alemão Wim Wenders, um filme inegavelmente belíssimo, desses que a humanidade ganha de presente vez ou outra.

Não que não seja passível de crítica, mas a mensagem, a estética, a poesia, as agruras dos personagens no filme, compõem uma obra impecável.

Porém não é uma obra otimista, nem realista; ao contrário, é a história dos anjos Damiel e Cassiel, tristes e solitários, que sobrevoam Berlim dos nossos tempos e tentam, sem sucesso, amenizar as tragédias humanas.

Só são reconhecidos, como diz ironicamente Rui, pelas pessoas que renunciaram ao uso da razão, "como as crianças, os anciãos, os loucos e os místicos".

Seria bom que nós pudéssemos fazer parte deste rol de pessoas, já que são esses os que muitas vezes conseguem ter uma visão mais lúcida do mundo.

Rui vai ainda além, quando diz que "Asas do desejo" bebe na fonte do pensamento de Heidegger, um dos precursores do nazismo e um dos fundadores do existencialismo. Existencialismo que prega, no caso, "a união do místico com o sagrado, o divino, os deuses".

Não há nada de tão irracional com os anjos de Wenders, tirados das "Elegias de Duino", do poeta alemão Rainer Maria Rilke, no qual o diretor baseou seu belo filme, que é bem me-

lhor, inclusive, que os próprios poetas.

Mostra o desejo, o drama do anjo Damiel que quer voltar a viver a transitoriedade da "vida terrestre", pelo amor da trapezista que ele ajuda (um grande momento do filme). Também esta não é, com certeza, uma obra otimista, não aponta nenhuma saída coletiva. Mas é belíssimo e não é reacionário.

Se a cinematografia dos anos 80 tem uma grande dose de pessimismo, como poderia ser diferente? Não vivemos então um dos períodos mais caóticos da história da humanidade, mas sem poesia? Será que o cinema seria uma exceção?

Mesmo os artistas mais subjetivistas, inclusive aqueles que simplesmente retrataram em suas obras os dramas da burguesia mais frívola, mais miserável e hipócrita, como o alemão Fassbinder, o espanhol Luis Buñuel, o francês Claude Chabrol, não fizeram belíssimas obras? Será que só é bom aquilo que aponta para a perspectiva otimista da vida, que conduz à saída coletiva ou que tenha um conteúdo realista?

Qual a razão do filme de Wenders se não houvesse a figura fantástica dos anjos? Qual a razão do filme de Weir se Keating não conseguisse cativar nem semear tanta rebeldia com seus poetas malditos entre seus alunos burgueses?

Qual o motivo de "Casablanca" atravessar gerações de cinéfilos e do povo em geral como um dos maiores filmes de todos os tempos?

Sem dúvida que é preciso, mais do que nunca, obras que tenham um caráter menos individualista, que nos ajudem a compreender que saídas para um mundo novo são cada vez menos individuais.

É preciso, no caso do cinema, que existam mais Glaubers, mais Eisenssteins ou mais Maiakóvskys, mais Brechts. Mas é preciso também, principalmente nas artes, estarmos mais atentos para não reduzirmos a grande capacidade criadora do homem aos nossos "olhos marxistas do mundo".

(Ana Angélica Marinho, S. Paulo, SP)

Por uma campanha mais combativa em São Paulo

Apesar da eclosão de diversas greves e de vários conflitos que tendem a se generalizar, ainda assistimos a uma apatia, a uma certa hesitação do movimento popular organizado. Acredito que nós, militantes comunistas e das forças de esquerda, temos obrigação de estudar com atenção o fenômeno. Chama a atenção, por exemplo, que o Senado mantenha o veto presidencial à política de salários do Congresso e que os trabalhadores conservem em São Paulo uma certa tendência de voto à direita ou ao centro-direita, representados respectivamente por Maluf e Mário Covas.

Em minha opinião, os candidatos da União Democrática e Popular (PT-PCdoB-PCB-PSB) deveriam propor de forma mais categórica a reação popular às iniciativas da direita e do Palácio do Planalto. É preciso agir claramente como oposição sistemática ao governo Collor, denunciá-lo sem cessar, para convencer a opinião pública, e os operários e assalariados em particular, dos males que ele pode representar para o país. Creio que os materiais de propaganda comuns deveriam conter dados mais elucidativos para que o nosso operariado pudesse ter um impulso em suas reflexões acerca do conteúdo de classe, do programa e das intenções da coligação progressista. De certo modo, ainda não está suficientemente clara a distinção entre este programa e os outros. Na própria propaganda eleitoral gratuita pela televisão o candidato Plínio Sampaio ainda não conseguiu se distinguir dos demais.

Creio que nosso candidato deveria expor e debater mais ousadamente os objetivos a que se propõe. Alterados os rumos da propaganda, com denúncia mais clara do arrocho salarial e da entrega deslavada de nossas riquezas ao capital estrangeiro, a classe operária e os assalariados estarão compreendendo o significado das eleições decisivas deste ano. (Geraldito Hailton Soares, operário metalúrgico, S. Paulo, SP)

Administração Regional - SP faz maracutaia aos sem-teto

No dia 24 de agosto, 52 famílias sem-teto invadiram uma extensa área da Prefeitura de São Paulo, na Vila Cisner, região Leste da cidade. Parte do terreno tem sido ocupada há meses, por um depósito de materiais para construção, que estoca mercadorias. O proprietário do depósito não gostou da presença dos novos vizinhos e afirma que o terreno lhe pertence. Nessa confusão entra a polícia e a Prefeitura.

Os ocupantes queixam-se da Administração Regional (A.R.) do bairro da Penha, órgão municipal responsável por aquela região. Eles já se reuniram através da Associação de Mulheres e de uma comissão com o administrador regional, Antonio Crescente. Disseram a este que a área ocupada sempre permaneceu assim nos últimos 15 anos, disforme e cheia de mato. As famílias a ocuparam por motivos óbvios, sem contar que fizeram o serviço de terraplenagem, viabilizando o terreno e demonstrando que, ao invés de ocioso, ele pode ser a solução definitiva para a moradia dos invasores. Contudo, naquela A.R., o tratamento para com os moradores não foi nada cordial. Antonio José Santana, que é assessor de gabinete do administrador, destratou os representantes das famílias e ameaçou derrubar as casas, caso prosseguissem as construções. Além disso, ele avisou que não admite nenhum acordo.

A Prefeitura vai pedir à Justiça a reintegração de posse. O proprietário do depósito já recebeu intimação para que desocupa a área no máximo em oito dias, coisa que não fez.

No dia 8, durante o comício com cerca de 5 mil pessoas do candidato das esquerdas, Plínio de Arruda Sampaio, em São Miguel Paulista, bairro próximo à área ocupada, a comissão de moradores entregou um documento à prefeita Luiza Erundina, Eduardo Suplicy, candidato ao Senado e ao próprio Plínio, denunciando a ação da polícia, que todo dia ameaça retirar à força as famílias, e a indiferença da A.R. e solicitaram garantia de posse. (Um morador da V. Cisner - S. Paulo - SP)

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas.

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes

Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel

Administração: Sandra Mateus

Secretária: Márcia Medeiros

Assinaturas: Cláudia Medeiros

Fotografia: Agência Foton

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329,

Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728,

Maceió; AMAPÁ — Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096)

231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz

Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092)

232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons.

Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone:

(071) 241-6522, Salvador; CEARA — Rua São

Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085)

221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL —

HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302,

fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPIRITO

SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP

29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS

— Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062)

223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua

Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098)

229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua

Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030,

fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO

GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500,

CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS

— Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone:

(031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua

3 de maio, 1834, CEP 66800, FONE: (091)

229-5200, Belém; PARAIBA — Rua Almeida

Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083)

222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua

Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone:

(041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO —

Rua do Sassego, 53, CEP 50750, fone: (081)

222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb.

Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086)

222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua

13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP

RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza,

99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal;

RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio,

254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto

Alegre; RONDÔNIA — R. Tenreiro Aranha,

2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA

— Rua Alvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP

69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua

Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482)

22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do

Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da

Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Composição, montagem, fotolito: Paz

Fotocomposição e Fitolito Ltda. — R.

Frederico Steidel, 257 Sta. Cecília CEP 01225

São Paulo/SP fones: (011)

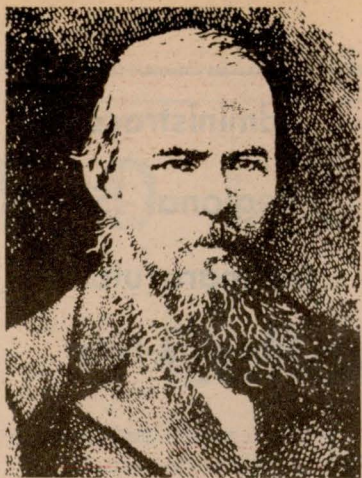
222-0969/221-7590 Imprensa Gráfica

Jarujés — fone: (011) 815-4898

Centro de Memória
Fundação Maurício Grabois

PROSA & VERSO

Dostoievski



Com "Os irmãos Karamázovi", chega Dostoievski ao termo de sua obra. Foi o seu apogeu, como escritor, e seu fim, porque publicou este romance em 1880, falecendo em 1881.

Três anos levou a redigi-lo, nele colocando tudo quanto de sua inteligência e de suas predileções e aversões pôde reunir, numa obra densa, desigual, desequilibrada, tantas paixões, pensamentos e uma visão cruel e piedosa dos homens, que a crítica mundial reconheceu como uma das obras-primas do grande romancista russo.

Esta obra ainda vem pôr em discussão o problema da existência de Deus, que atormentou toda a vida de Dostoievski, principalmente em seus últimos anos.

A idéia central do romance é a do crime e da cumplicidade. O poder criador de Dostoievski ressalta aqui uma série de personagens de primeira grandeza, que se debatem no redemoinho de suas paixões desencadeadas. Compõe essa trama a figura inesquecível do Stáriets, no seu misticismo e no seu cristianismo elevado, com quem mantém longas discussões sobre a religião. Toda a família Karamázovi empolga os leitores pelo que neles há de exorbitante, gigantesco, de extra-humano, quase sem que deixemos de sentir que são bem humanos, bem barro da terra, bem criaturas tangidas e espeznhadas pelas suas paixões.

O velho Karamázovi, um personagem excepcional no seu deboche, no seu cinismo, na sua imoralidade desenfreada, gera toda uma prole de monstros: Smierdiákov, que dizem seu filho, Dimitri, Ivan. O mais curioso nessa família é a figura de Aliócha, o irmão mais moço, o homem puro, o cristão ideal que paira pela sua virtude acima dos homens animalizados.

O enredo deste romance é, como quase todos os romances de Dostoievski, algo complicado, não faltando as figuras de sempre do homem ou da mulher, torturados pela dualidade de amores — amor espiritual e amor carnal — seus dramas de consciência, suas figuras mórbidas, anormais, suas criaturas puras, seus monstros, seus homens e mulheres compõem "Os irmãos Karamázovi", a grande obra triunfal de Dostoievski.

OS IRMÃOS KARAMÁZOVI (1879)

A Anna Grigórievna Dostoiévskaja

Em verdade, em verdade vos digo que se o grão de trigo que cai na terra não morrer, fica infecundo: mas se morrer, produz muito fruto.

SÃO JOÃO, Cap. XII, Vers. 24 e 25

PREFÁCIO

Ao começar a biografia de meu herói, Alieksiéi Fiódorovitch, sinto-me um tanto perplexo. Com efeito, se bem que o chame meu herói, sei que ele não é um grande homem; prevejo também perguntas deste gênero: "Em que é notável Alieksiéi Fiódorovitch, para que tenha sido escolhido como seu herói? Que fez ele? Quem o conhece e por quê? Tenho eu, leitor, alguma razão para consagrar meu tempo a estudar-lhe a vida?"

A derradeira pergunta é a mais embaraçosa, porque só lhe posso responder dizendo: "Talvez o senhor mesmo descubra isso no romance." Mas se o lerem sem achar que meu herói é notável? Digo isto, porque prevejo, infelizmente, a coisa. A meus olhos, é ele notável, mas duvido bastante de que consiga convencer o leitor. O fato é que ele age, seguramente, mas de uma maneira vaga e obscura. Aliás, seria estranho, em nossa época, exigir clareza das pessoas! Uma coisa, no entanto, está fora de dúvida: é um homem estranho, até mesmo original. Mas a estranheza e a originalidade prejudicam, em lugar de conferir um direito à atenção sobretudo quando todo mundo se esforça por coordenar as individualidades e destacar um sentido geral do absurdo coletivo. O original, na maior parte dos casos, é o indivíduo que se põe de parte. Não é verdade?

No caso de me contradizerem, a propósito deste último ponto, dizendo: "Não é verdade", ou "não é sempre verdade", retomo coragem a respeito do valor de meu herói. Porque não somente o original não é "sempre" o indivíduo que se põe de parte, mas acontece-lhe deter a quinta-essência do patrimônio comum, enquanto seus contemporâneos o repudiaram por algum tempo.

Aliás, em vez de engajar-me nessas explicações destituídas de interesse e confusas, teria começado bem simplesmente, sem prefácio — se minha obra agradar, não de lê-la —, mas a desgraça está em que, além de uma biografia, tenho dois romances. O principal é o segundo, é a atividade de meu herói em nossa

época, no momento presente. O primeiro desenrola-se há treze anos, para dizer a verdade, é apenas um momento da primeira juventude do herói. É indispensável, porque, sem ele, muitas coisas ficariam incompreensíveis no segundo. Mas isto só faz aumentar o meu embaraço: se eu biógrafo, acho que um romance teria bastado para um herói tão modesto e vago, como apresentar-me com dois e justificar tal pretensão?

Desesperando de resolver essas questões, deixo-as em suspenso. Naturalmente, o leitor perspicaz já adivinhou que tal era meu fim desde o começo e leve-me a mal que perca um tempo precioso em palavras inúteis. Ao que responderei que o fiz por polidez, e em seguida por astúcia, a fim de que se fique prevenido de antemão. Além do mais, folgo que meu romance se divida por si, mesmo

em duas narrativas, "contudo conservando sua unidade integral"; depois de ter tomado conhecimento do primeiro, o leitor verá por si mesmo se vale a pena abordar o segundo. Sem dúvida, cada qual é livre; pode-se fechar o livro desde as primeiras páginas da primeira narrativa para não mais abri-lo. Mas há leitores delicados que querem ir até o fim, para não deixar de ser imparciais; tais são, por exemplo, todos os críticos russos. Sente-se a gente de coração mais leve para com eles. Malgrado sua consciência metódica, forneço-lhes um argumento dos mais fundamentados para abandonar a narrativa no primeiro episódio do romance: Eis terminado o meu prefácio. Convenho que é supérfluo, mas, já que está escrito, deixemo-lo.

E agora, comecemos.

O Autor.

